



Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1991.
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, César Silvestre, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Brondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annnibelli, Caíto Quintana, Hermas Brandão, José Afonso Júnior, José Artur Ricci, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa e Renato Adur. (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, vem à presença de Vossa Excelência comunicar que, a partir desta data, estará em licença para tratar de interesses particulares por 123 dias, para o que solicita as providências legais e regimentais cabíveis.

(a) JOSÉ ALVES
Deputado Estadual

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam a licença para tratamento de interesses particulares do Deputado José Alves, sem ônus para a Assembléia, por 123 dias, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

A Mesa convoca o suplente, que deverá prestar o juramento legal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê):

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 16/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica suspenso por 30 (trinta) dias, o mandato do Deputado JOSÉ ARTUR RICCI, conforme o disposto no Art. 239, inciso II, combinado com o Art. 241, inciso V, do Regimento Interno.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

FUNDAMENTAÇÃO POLÍTICA E LEGAL

Montesquieu, em sua obra "O Espírito das Leis", que balizou a teoria dos poderes constituídos, advertiu que as democracias só se consolidam tendo como princípio fundamental a virtude: "Os políticos gregos, que viviam no governo popular, só reconheceriam uma força capaz de mantê-los, a virtude".

Um século após, ao publicar suas "Considerações sobre o Governo Representativo", Stuart Mill, questiona o comportamento dos membros dos corpos representativos, indagando: "quem controlará o Parlamento?", para responder: "Nenhuma assembléia está preparada para agir, no sentido apropriado da palavra, a não ser que possua uma organização e uma hierarquia".

Alerta para a necessidade de preservar a legitimidade política dos sistemas congressuais, a nova ordem constitucional brasileira transpôs para o direito pátrio as regras que dão às câmaras legislativas ampla faculdade para controlar a continência de conduta de seus membros. A atual Constituição do Estado do Paraná elenca no artigo 59, os casos de perda do mandato, exigindo do membro parlamentar um procedimento compatível com o decoro parlamentar, com a assiduidade e com a idoneidade no patrocínio das questões públicas.

A opinião pública tem apoiado, e os

tribunais têm ratificado as decisões das câmaras representativas que impõem sanções a membros cuja conduta se torna reprovável, seja por procedimentos inadequados ou por ausência aos trabalhos: entendendo que em todos estes casos estão fraudando o instituto da representação popular.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sensível aos clamores da opinião geral da sociedade, aprovou um Regimento Interno mais rigoroso, que passou a vigor neste ano de 1991, visando aperfeiçoar os procedimentos legislativos, a conduta de seus membros e a prestação pública de contas de seus atos.

O Regimento Interno da Assembleia, em seu artigo 241 dispõe:

"Art. 241 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Deputado que:

V - Faltar, sem motivo justificado, a dez sessões ordinárias consecutivas ou a quarenta e cinco intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária ou extraordinária".

O CASO CONCRETO

Verifica-se desde o início dos trabalhos desta sessão legislativa, o não comparecimento do Deputado José Artur Ricci às sessões plenárias e às demais atividades regimentais. O parlamentar em questão veio a esta Casa apenas para a tomada de posse e eleição da Mesa, assistindo apenas parcialmente a esta última sessão e não mais se fazendo presente desde então.

Sua ausência parlamentar não foi, até a presente data, justificada: não apresentou em plenário qualquer pedido de licença por motivo de saúde ou para assuntos pessoais; sequer completou o oferecimento de votos para a composição da Mesa Diretora.

Tal atitude pode ser atribuída, em parte, à extrema juventude do Parlamentar em questão, corroborando a afirmativa de Joseph La Palombara, em seu livro "A Política no Interior das Nações": "Os legisladores tendem a ser, em média, mais velhos que a população adulta em geral. Em grande número de países, a eleição para a legislatura nacional só se dá depois de alguns anos de carreira política".

Faltando essa experiência ao Deputado José Artur Ricci - guindado a um mandato ainda muito jovem - seu comportamento não terá tido ainda oportunidade para um amadurecimento que incorpore padrões assentes de respeito à vontade suprema do eleitorado, como buscam fazer aqueles parlamentares sabedores da responsabilidade que lhes cabe na sustentação do ainda frágil edifício da democracia brasileira.

A medida de sanção temporária ora pro-

posta, objetiva justamente forçar a adequação de conduta do jovem parlamentar à expectativa de comportamento que se espera de um representante do colegiado civil do Paraná, que se qualifica pelo verdadeiro sacerdócio com que exercer a missão assembleial, expressão primeira da vigência do pluralismo político e regime de leis que é a democracia.

Os motivos aqui apresentados, por si só são suficientes e oportunos para a declaração da perda temporária do mandato do Deputado José Artur Ricci, atendido o princípio democrático da virtude de seus integrantes em geral e, mais especialmente, daqueles que se propuseram representar o eleitorado soberano.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar o projeto de resolução à Comissão de Constituição e Justiça para parecer.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós gostaríamos, porque nos parece que o projeto de resolução pretende atingir apenas a um Parlamentar nesta Casa.

Gostaríamos que a Mesa, se possível, providenciasse-nos, cópias das Atas de todas as sessões, porque, se não nos falha a memória, há outros Parlamentares.

É isto o que queremos, antes de levantar qualquer falso testemunho, fazer uma pesquisa, porque parece, existem outros Parlamentares nesta Casa que não compareceram, da mesma forma que o Deputado José Ricci.

Então, se for possível a Mesa nos remeter cópia das Atas, para que a gente possa ver quem frequentou realmente a Assembleia Legislativa neste período que ela está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa sabe perfeitamente que a preocupação de Vossa Excelência tem razão de ser, mas informa que não há nenhum Deputado nesta Casa que tenha faltado dez sessões consecutivas, conforme determina o novo Regimento Interno. Mas, fará chegar às mãos de Vossa Excelência, já que está preocupado com o Deputado Ricci, essas cópias das Atas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê):

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 32/91

Art. 1º - Fica revogado, na íntegra, o § 5º do artigo 85 da Constituição do Esta-

do do Paraná.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(aa) ERNANI PUDELL, DR. ROSINHA e
OVIDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Plauto Miró Guimarães,
Ademar Traiano, Carlos Simões,
Basílio Zanusso, João Arruda,
Toti Colaço,
Rossoni, Dobrandino da Silva,
Arlindo Troian, Paulo Maia,
Costenaro Neto, Albino Corazza,
Colombino Grassano, Algaci Túlio,
Geraldo Cartário, Edson Silva Lino,
Cleiton Quielse, Élio Rusch,
Lourenço Fregonese, César Silvestri,
Domingos Carvalho, Durval Amaral,
João Iensen, Ernani Pudell,
Nelson Garcia, Ovídio Constantino,
Dr. Rosinha e 4 assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A aposentadoria de ex-Governadores garantida na atual Constituição do Estado do Paraná, que foi promulgada em 05.10.89, havia sido extinta por uma emenda constitucional aprovada em 1987, pela Assembléia Legislativa do Estado.

Atualmente, cerca de 10 ex-governadores percebem este benefício. Durante a campanha eleitoral de 1990, a população do Estado pôde acompanhar de perto esta questão, fruto de intermináveis acusações de candidatos que eram ex-governadores aposentados. O resultado da eleição demonstra claramente que a população repudia quaisquer vantagens ou privilégios concedidos a determinadas castas portadoras de mandatos, que obtêm privilégios não suportáveis pela atual situação econômica do País e do nosso Estado.

Acreditamos que esta nova legislatura saberá honrar o voto e o recado de renovação e moralização pública que a população lhes delegou nas eleições de 1990.

Contamos, pois, com a aprovação unânime da presente proposição pelo egrégio Plenário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 252

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no gozo de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência após consultado o Plenário, regime de urgência à apreciação do Projeto de Resolução n° 14/91, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Mato Rico.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento de proposição ao Dr. Luiz Chemin Guimarães, DD. Procurador Geral da Justiça, solicitando informações quanto ao andamento do inquérito mandado instaurar, pelo mesmo, contra a MONTEPAR, Sociedade Nacional de Previdência Privada, GNPP - Sociedade Nacional de Previdência Privada e outras empresas que realizam seguros visando aposentadorias, pecúlios e similares, visando esclarecer a idoneidade das mesmas.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a fim de que seja providenciada a instalação de luz no Conjunto Moradias Palmeiras, Bairro do Umbará, nesta Capital, com objetivo de atender mais de 130 (cento e trinta) moradias.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à SANEPAR, para que seja providenciada rede de água e esgoto, no Conjunto Moradias Palmeiras, Bairro do Umbará, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 225

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando cópia do Ofício ATG 25174 com data de 23.01.91.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 218

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Gilda Poli Rocha Loures, reiterando solicitação

anterior referente à liberação de recursos para a reconstrução da Escola Rural Estadual Getúlio Vargas, da localidade de Rio Azul de Cima, Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No sentido de conjugar esforços entre a Secretaria de Estado da Educação e a Prefeitura Municipal de Rio Azul, voltamos novamente para solicitar a reforma da Escola Rural Estadual Getúlio Vargas, da localidade de Rio Azul de Cima, dando o mínimo de conforto para os jovens que ali estudam.

A educação é elemento básico formador de uma nação e de um povo.

É com esta intenção que estamos encarando a necessidade de ser solucionado o problema da reforma da mencionada escola para dar condições essenciais para o seu funcionamento.

REQUERIMENTO N° 217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, reiterando solicitação anterior referente à liberação de recursos para a reconstrução da Escola Rural Estadual José Fortunato, da localidade de Envernada, Município de Rio Azul.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O progresso e o desenvolvimento de uma região se inicia na base escolar, especialmente aqueles do meio rural, como é o caso dos alunos que freqüentam a Escola Rural Estadual José Fortunato, da localidade de Envernada, Município de Rio Azul.

Anteriormente já formulamos o mesmo pedido, no sentido de ser autorizada a reforma na referida Escola. Entretanto, não obtivemos resultado positivo. Voltamos agora, novamente com o mesmo assunto, no sentido de encarecer a Excelentíssima Sra. Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação, para que determine estudos prioritários.

REQUERIMENTO N° 158

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando uma proposta a este Poder, a ser estudada junto com os órgãos do Estado, envolvidos com o problema da habitação, a fim de dar uma solução aos sem-teto que ocupam áreas na periferia de

nossa Capital.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA

É do conhecimento deste Poder Legislativo que a solução para o grave problema que vem aumentando dia a dia, das famílias sem-teto que assolam as periferias da Capital, não é apenas da Prefeitura Municipal de Curitiba, mas também do Governo do Estado.

Portanto, a proposição tem o condão de trazer à discussão, inclusive para o Plenário desta Assembléia Legislativa, face à sua magnitude.

REQUERIMENTO N° 257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao ilustríssimo Senhor Rubens Gabardo, Mui Digno Diretor Geral do D.E.R. - Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando sejam feitas gestões junto ao setor competente, objetivando providências imediatas para a colocação de lombadas na Avenida Barão do Rio Branco e suas adjacentes, situadas no município de Mallet, mas especificamente no trecho correspondente ao trevo confluyente à Rodovia PR-153.

A medida ora proposta é objeto de inúmeras reivindicações de parte de lideranças políticas locais e da população em geral, por esta firmada em abaixo-assinado, em que alertam para premente necessidade de adotar o trecho mencionado de plenas condições de trafegabilidade, dado os riscos que vêm oferecendo à população e ao transeunte em geral, pela falta de segurança, somada a imprudência de alguns motoristas que passam a desenvolver altas velocidades pondo em risco vidas humanas além de outras conseqüências que certamente advém dessa situação.

Diante do exposto, conta com o apoio do seu Pares com assento nesta Casa, a fim de que se concretize a presente proposição.

Sala das Sessões, em 06.03.91

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

REQUERIMENTO N° 244

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício a Presidência da Sanepar, no sentido de que seja atendida reivindicação de mais de 12 anos dos moradores do Jardim Solimões, particularmente da Rua Antonio R.da Silva Rosa, no município de Colombo, que desejam o fornecimento de água na região, durante o dia!

Curitiba, quarta, em 06.03.91

Sala das Sessões, em 06.03.91

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos que as lideranças comunitárias do Jardim Solimões, de Colombo, vem reivindicando junto à Sanepar, que promovam o fornecimento normal de água durante o dia, já que somente a noite é que lá chega o precioso líquido.

Algumas explicações já dadas por técnicos da Sanepar não têm convencido a população, que paga as taxas devidas e merecem uma solução definitiva a respeito!

REQUERIMENTO N° 231

SÚMULA: Encaminhamento de denúncias com pedido de levantamento da veracidade dos fatos sobre repressão e violência perpetradas pela Polícia do Paraná contra trabalhadores em Ivaiporã.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, a Vossa Excelência se digne encaminhar denúncia, com pedido de levantamento da veracidade dos atos de violência praticados pela Polícia do Paraná e, ainda, pedido de explicação por parte dessa polícia relativamente aos episódios supracitados, encaminhar esta matéria ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Segurança Pública do Paraná, ao Excelentíssimo Sr. Comandante da Polícia Militar e ao Excelentíssimo Sr. Superintendente da Polícia Federal do Paraná, para que sejam tomadas providências em relação às denúncias que encaminhamos.

Sala das Sessões, em 06.03.91

(a) PAULO MAIA.

REQUERIMENTO N° 264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação nos Anais deste Poder, de VOTO DE LOUVOR ao Dr. Abdo Aref Kudri, Diretor-Presidente do Diário Popular.

REQUER, ainda, que seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Jornal Diário Popular, sob comando do ilustre jornalista Dr. Abdo Aref Kudri, comemorou dia 4 do corrente, 28 anos de circulação. Sob a Direção segura de seu Diretor-Presidente, o jornal Diário Popular sempre participou dos acontecimentos mais importantes da vida social, política e econômica do Paraná.

Ao iniciar suas atividades em 1963, operando linotipos, atingiu hoje um está-

gio avançado, utilizando as mais modernas técnicas de impressão, com computadores equipados com lazer.

O Diário Popular faz hoje parte integrante da vida paranaense, pelos eventos que promove, e pelo arrojo e desassombro de suas publicações.

REQUERIMENTO N° 227

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata da presente sessão, dos votos de congratulações ao Professor Flávio Vendelino Scherer, empossado, no último dia 04 de março, como membro do Conselho Estadual de Educação, e envio de expediente dando ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez, na história de sua existência, registra-se a participação efetiva de um conselheiro representante do Oeste do Estado, oriundo da cidade de Toledo, no Conselho Estadual de Educação.

A escolha do Professor Flávio Vendelino Scherer para integrar o egrégio Conselho Estadual de Educação é prova de reconhecimento ao ilustre Vice-Diretor da UNIOESTE, ex-diretor da FACITOL, pelo denodo e dedicação com que se empenha em favor do ensino e da educação no Paraná.

REQUERIMENTO N° 237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado votos de congratulações ao Doutor Wilson Thiesen, pela condução a frente da ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB e como Presidente da OCEPAR, no seu 2° mandato.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de Congratulações ao Jornalista Abdo Aref Kudri, Diretor do Diário Popular, pelos 28 anos de serviços prestados ao Paraná, atividade de bem informar a coletividade.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O matutino "DIÁRIO POPULAR", que se transformou no termômetro dos fatos so-

ciais paranaense, pelos eventos mais importantes da sociedade, como: "Os Melhores do Ano", "A Chuteira de Ouro" e "Os Melhores da Noite", acontecimentos que fazem parte constante da agenda de todos os segmentos da vida do nosso Paraná.

REQUERIMENTO N° 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Senhora Ministra Margarida Procópio, da Ação Social, o teor de pronunciamento proferido por este Parlamentar, em Plenário, contestando a supressão do programa do leite.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

É notória a pobreza que assola as nossas comunidades e principalmente aquelas que desconhecem qualquer orientação para um planejamento familiar, onde a prole é sempre maior. Daí, a preocupação das lideranças comunitárias, mais acentuada na periferia das grandes cidades, para que a criança, ao nascer e até atingir os seus 1°s (primeiros) anos de vida, carece de uma alimentação rica em proteína, para impedir sequelas ao desenvolvimento de sua inteligência e também o rendimento escolar.

O leite é o principal alimento do recém nascido, até atingir a idade escolar.

REQUERIMENTO N° 226

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, com base no art. 35 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUER a constituição de Comissão Especial, integrada por 7 (sete) membros para, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, esclarecer as condições de constituição da Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A e permitir o acompanhamento desse projeto, visando manter esta Casa informada sobre todos os aspectos de projeto e propor eventuais medidas que assegurem sua efetiva implantação, inclusive nos aspectos saneadores.

Sugere, ainda, para integrar a comissão, os Srs. Deputados Albino Corazza Neto, Dobrandino Gustavo da Silva, Duílio Genari, Elio Lino Rush, César Silvestri, Artagão Mattos Leão e Ernani Pudell, oriundos das regiões diretamente envolvidas na construção da ferrovia.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 242

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA MACEDO, Deputado que este

subscreve, pede a inserção nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar e de memória da vida honrada do ex-Deputado Estadual e Federal, Dr. LAURO GENTIL PORTUGAL TAVARES, falecido ontem em Curitiba, cujo corpo - oportunamente se vela, neste dia 5 de março, na capela funerária deste Palácio XIX de Dezembro.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Poucos paranaenses tiveram ação tão destacada em favor das liberdades públicas, do espírito democrático, da integridade territorial do Paraná, como o Professor Lauro Portugal Tavares. Professor universitário, catedrático de Farmácia e Farmacopéia da Universidade Federal do Paraná, com trabalhos precisos sobre "os princípios ativos das curas, e as dosimetrias adequadas para que os remédios não sejam prejudiciais aos organismos ou desenvolvam ações tóxicas".

Coronel afastado da Polícia por se recusar a reprimir os estudantes do Diretório Acadêmico Nilo Cairo, ainda na noite do Estado Novo.

Deputado pelo Paraná. Pilar do Partido Republicano, Secretário de Estado nas pastas da Saúde e da Educação.

O insigne paranaense brilharia nas tratativas congressuais para viabilizar a reintegração do Território do Iguaçu ao Paraná, junto com companheiros igualmente ilustres como os professores Bento Munhoz da Rocha Neto ou Brasil Pinheiro Machado. Igualmente é notável a posição do ilustre professor na luta paranista pela federalização da nossa Universidade.

Ao dar honras de "parlamentar" ao Professor Lauro Portugal Tavares, a Assembléia Legislativa reforça seu caráter de memória política do Paraná, espaço onde se somam as forças vivas da sociedade em defesa da nossa identidade comum, do nosso povo e do nosso território.

Sobremaneira, a Assembléia, ao homenagear tão ilustre antigo membro, reforça seu endereço como espaço onde se faz a justiça histórica.

REQUERIMENTO N° 240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI composta por 15 membros, na forma do Art. 36, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a ser instalado dentro de 10 dias, para apurar possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado da Saúde, nas concorrências 004/90 e 005/90, efetuadas entre os meses de novembro de 1990 e janeiro de 1991, que inclusive já foram mo-

Curitiba, quarta, em 06.03.91

tivo de sindicância e que pelo volume de recursos envolvidos, cerca de um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros, merecem ser esclarecidas à população paranaense.

Sala Sessões, em 06.03.91.

(a) DR. ROSINHA

Apoiamento: Rafael Greca, Geraldo Cartário, Nelson Justus, Ernani Pudell, Ovídio Constantino, Mário Bezerra, Plauto Miró Guimarães, Emília Belinati, Paulo Maia, Dalton Machuca, Antônio Annibelli, Albino Corazza, Algaci Túlio, Rossoni, Arlindo Troian, Colombino Grassano e Lourenço Frejones.

REQUERIMENTO N° 268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência se digne submeter aos nobres Deputados desta Assembléia Legislativa, pedido de aprovação de verba para custeio de despesas de viagem e de alimentação para uma comitiva de mais ou menos 250 moradores de Bairro do Paraná, sob a programação da FAMOPAR - Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná, em mobilização em Brasília, com o intuito de transigir do Governo Collor, a devolução de benefícios sociais, sobretudo do Programa do Leite, a mais de 10 milhões de crianças carentes deste País.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se, principalmente, na vertiginosa proporção em que cresce o número de crianças carentes e desassistidas no País, agora lesadas por mais essas medidas político-econômicas do Governo Federal.

REQUERIMENTO N° 249

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a designação do dia 3 de abril próximo vindouro para realização de sessão neste Poder Legislativo destinada à instalação oficial do ANO DOS TRANSPLANTES NO ESTADO DO PARANÁ, conforme dispõe a Lei Estadual n° 9.465 de 12 de dezembro de 1990.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância a instalação oficial do ANO DOS TRANSPLANTES CIRÚRGICOS, dando cumprimento ao aprovado por este Poder Legislativo, a fim de que sejam encaminhadas as providências necessárias, na alçada de cada um e dos três Poderes, para estímulo ao transplante para restabelecimento de funções essenciais à vida.

Este Poder avançou, deu um passo de

vanguarda discutindo a matéria e aprovando duas leis em sentido concorrente - estimular os transplantes - e nesta hora, devemos dar continuidade a esse trabalho, de grande importância para a saúde no Paraná.

REQUERIMENTO N° 241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o devido apoio à criação e instalação de Bloco Parlamentar Municipalista, e o reconhecimento às suas atividades.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALBINO CORAZZA

Apoiamento: César Silvestri, Paulo Maia, Rossoni, Neivo Beraldin, Domingos Carvalho, João Iensen, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Geraldo Cartário e Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

Prefeitos de todos os municípios do Estado do Paraná travam verdadeiras batalhas em suas administrações em busca de soluções para problemas e benefícios relativos às suas comunidades em torno de assuntos cuja competência é restrita a órgãos governamentais superiores, estaduais ou federais.

Com o auxílio individualizado de alguns deputados a luta de alguns prefeitos torna-se viável, em detrimento de outros que ficam distantes do acesso aos benefícios a que todos têm direito.

Na discussão de assuntos que são do interesse de todos os paranaenses é imprescindível a lembrança do município, já que ele é o centro de vida de todo cidadão, donde inclusive brotam as lideranças mais expressivas do Estado.

Esta Assembléia é composta pelas principais lideranças de diversos municípios e, ao menos um terço dos nobres legisladores aqui constituídos já exerceram funções de destaque e prestaram serviços relevantes às suas comunidades na condição de ex-prefeito, ex-vereadores, ex-vice-prefeitos, inclusive cinco atuais vice-prefeitos municipais.

É no município que o cidadão tem direito ao trabalho, à alimentação, à educação, à saúde, habitação e à produção, sem que, para proporcionar tais benefícios à população, os mandatários públicos municipais tenham que mendigar favores em romarias através de gabinetes governamentais.

Na condição de representantes do povo paranaense, imbuídos do Poder que foi outorgado pela vontade popular do voto em nossos municípios e regiões, nos é invocada a atribuição de zelar pelos interesses da população paranaense sediada nos municípios.

Na condição de legisladores somos incumbidos da responsabilidade de promover os meios legais para o cumprimento dos deveres de nossos governantes para com a população que nos conferiu tais atribuições.

Vemos constantemente as marchas de prefeitos a Brasília em defesa de royalties, do Fundo de Participação dos Municípios, da negociação de dívidas com a previdência social, da liberação de recursos para habitação popular, saúde, educação ou incremento à produção, entre outras.

As constituições Federal, em seu artigo 23, e Estadual, em seu artigo 12, estabelecem como atividades comuns entre a União, o Estado e os Municípios, o zelo pelas leis e a democracia, o cuidado pela saúde, assistência pública e proteção aos deficientes, a preservação dos valores históricos, artísticos e culturais bem como a promoção dos meios de acesso à cultura, educação e à ciência, a proteção e preservação ao meio ambiente e o fomento à produção agropecuária e a garantia ao abastecimento alimentar além do combate às causas da pobreza e dos fatores de marginalização, promoção da integração social dos setores desfavorecidos e outros.

Ambos os artigos citados estabelecem em seu parágrafo único que "a cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar...".

Para que tal lei complementar possa refletir os anseios e se adapte às necessidades de todos os paranaenses sem que se caracterize como instrumento legal imposto, torna-se indispensável o debate, discussão e coleta de sugestões com os municípios, através das Associações de Municípios e de Câmaras de Vereadores de todo Paraná. (AMP, UVEPAR e VICEPAR).

A Constituição Estadual e a Federal, em seus artigos 17 e 30 respectivamente, nos incisos VI e VII, evocam novamente a responsabilidade conjunta entre a União, o Estado e os Municípios, especialmente no que tange a programas de educação pré-escolar, educação especial e de ensino fundamental, os serviços de atendimento à saúde da população.

A Constituição Estadual estabelece, no artigo 60 do Ato das Disposições Transitórias, bem como o artigo 18 do Ato das Disposições Transitórias na Constituição Estadual, que até 1998 cinqüenta por cento dos recursos do Poder Público, aos quais se refere o artigo 212 da Constituição Federal, sejam destinados a eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, em esforço conjunto da União, Estado e Municípios.

Acompanhamos diariamente o processo de implantação da municipalização de ensino e

do serviço de saúde, enquanto nos avizinhamos da data do início de uma nova gestão administrativa no Governo do Estado do Paraná.

Temas como estes que mencionamos e tantos outros, precisam dispor de um fórum para debates e discussões, para que recebam tratamento adequado e acompanhamento devido.

A criação, instalação e reconhecimento ao Bloco Parlamentar Municipalista é, portanto, inadiável para que se preserve a autonomia dos municípios e para que se promovam os meios legais e a fiscalização devida ao cumprimento dos preceitos constitucionais em favor do povo do Paraná que nós representamos.

As iniciativas de movimentos, entidades e instituições municipais, regionais e estaduais que defendem os municípios, encontrarão amparo no Bloco Parlamentar Municipalista, em trabalho conjunto com as Associações de Municípios e Associações de Câmaras Municipais. (AMP, UVEPAR e VICEPAR).

Diante da justificativa exposta gostaríamos de merecer o parecer favorável do egrégio Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 229

Senhor Presidente.

Inconformados com a decisão indeferitória à integração da representação do Partido Socialista Brasileiro na Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia Legislativa, vimos pela presente ingressar com recurso cujas razões são trazidas em anexo.

REQUEREMOS que o presente recurso e desagravo percorra os trâmites que permitam, em análise revisional a participação do Partido Socialista Brasileiro na CCJ.

Sendo só para o momento, despedimo-nos, ensejando a renovação dos nossos votos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) PAULO MALA

REQUERIMENTO N° 243

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES À ASSOCIAÇÃO DOS VICE-PREFEITOS DO PARANÁ, VICEPAR, pela realização do II CONGRESSO ESTADUAL DE VICE-PREFEITOS e a eleição e a posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Com a participação de inúmeros vice-prefeitos de vários municípios do Estado,

Curitiba, quarta, em 06.03.91

O II CONGRESSO ESTADUAL DE VICE-PREFEITOS discutiu, dentre outros temas, a ampliação do papel do vice-prefeito na administração municipal, consoante dispõe o Estatuto da entidade, em suas finalidades precípuas.

O presente requerimento ao congratular-se com os nomes constantes da diretoria, quer também materializar o apoio deste Poder à luta dos vice-prefeitos, pela sua efetiva participação nas decisões para gestão dos municípios que representam.

É a seguinte a nova diretoria da VICE-PAR: ALGACI TÚLIO (Curitiba), Presidente; CARLOS ANTONIO FRANCHELLO (Londrina), Vice; HÉLIO NASCIMENTO (São José dos Pinhais), 1º Secretário; WALTER LAMÔNICA DOS SANTOS (Alto Piquiri), 2º Secretário; RONIL FRANCISCO RIBAS (Piraquara), 1º Tesoureiro; HÉLIO BONACIN (Andará), 2º Tesoureiro; WILLY TAGUCHI (Maringá), 1º Orador; PAULO CUNHA NASCIMENTO (Ponta Grossa), 2º Orador.

Para o Conselho Fiscal foram escolhidos: DOMINGOS FAUSTINO CARVALHO (Castro); ROMILDA DE OLIVEIRA HOLOWKA (Catanduvas); LUIS CARLOS T. PEREIRA (Matinhos); YOSHINORI FUCUDA (Assaí); JOSÉ QUERINO DOS SANTOS (São Jorge do Ivaí) e IVO TADEU BONA (Telêmaco Borba).

Como suplentes, no Conselho Fiscal, foram empossados: EURÍPEDES SIQUEIRA (Almirante Tamandaré); GALILEU DALZOTTO (Ipiranga); EDSON STRAPASSON (Colombo); EDMUNDO BORA (Balsa Nova); JOSÉ SILVA DA FONSECA (Janiópolis) e SÍLVIO MARCON (São Miguel do Iguaçu).

Que do presente seja dada ciência aos homenageados, como manifestação de cumprimentos do Poder Legislativo e votos de uma empreendedora gestão.

REQUERIMENTO N° 248

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata dos VOTOS DE CONGRATULAÇÕES ao Jornal DIÁRIO POPULAR, pela comemoração de seus vinte e oito anos de fundação.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O DIÁRIO POPULAR completa, nesta data, 28 anos de existência. Ao longo deste período, tomou frente, diversas vezes às grandes ações do jornalismo paranaense.

Nestes anos todos, ficou conhecido por características muito peculiares: a integridade, correção, independência e adoção de uma linha editorial própria, voltada para os interesses mais diretos do povo paranaense.

Se é possível medir o grau de evolução de um povo através do grau de desenvolvi-

mento e liberdade dos seus veículos de comunicação, estamos - os paranaenses - sendo muito bem julgados, tendo o DP como referencial.

A presença deste conceituado periódico na cobertura dos acontecimentos mais marcantes de nossa história e na linha frontal da defesa dos nossos interesses garante sua posição na história do Paraná.

Ao nos congratularmos com o DP, apenas ratificamos uma decisão que o povo do Paraná já tomou e expressa diariamente, através da confiabilidade nele depositada.

Que do presente dê-se ciência ao Diretor daquele periódico.

REQUERIMENTO N° 266

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência o encaminhamento de proposição ao Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando que sejam tomadas as providências cabíveis no sentido de se apurar as denúncias veiculadas por toda a imprensa da Capital (fotocópias em anexo) com relação a SNPP - Sociedade Nacional de Previdência Privada, que vem lesando servidores públicos há cerca de vinte anos.

A citada seguradora, com falsas promessas feitas em intenso trabalho dentro das repartições públicas do Estado, vem conseguindo um grande número de associados que, após pagarem por 15 anos, ou mais, mensalidades dentro do plano escolhido - muitos ainda estão pagando - se vêem ludibriados pela mesma, sem direito a prometida aposentadoria mensal e outros benefícios.

O evidente prejuízo que muitos servidores vêm sofrendo, justifica a presente proposição.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 259

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, REQUERER, após votação pelo Plenário, o envio de ofício ao Senhor Governador do Estado, ÁLVARO DIAS, parabenizando-o pela firme posição adotada com relação ao fechamento, pela Companhia Energética de São Paulo - CESP, das comportas da Usina Hidroelétrica de Taquaruçu, na divisa do Estado do Paraná com São Paulo.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Companhia Energética de São Paulo - CESP, se encontra em vias de fechar as comportas da Usina de Taquaruçu, na divisa

do Paraná com São Paulo, sem que tenha cumprido todas as pré-condições estabelecidas com o Estado do Paraná, notadamente no que se refere ao assentamento das 58 famílias de agricultores desalojadas para a formação do lago.

A posição adotada pelo Senhor Governador é louvável diante dos antecedentes da CESP em relação a problemas da mesma ordem, verificados em construções de Usinas anteriormente, que não tiveram solução até a data de hoje.

Como paranaenses e legítimos representantes de nosso povo, não podemos nos omitir em questões como a presente, quando, entendemos, está em jogo inclusive a soberania de nosso Estado.

Diante destas razões é que solicitamos aos nobres colegas o apoio ao presente requerimento.

REQUERIMENTO N° 263

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, REQUERER, após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Superintendente do Banco do Brasil no Paraná, Sr. ERNESTO CAPOZZI, solicitando seja revista a desativação do Posto Avançado do Banco do Brasil no município de Atalaia.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O Posto Avançado do Banco do Brasil, em Atalaia, tem nos agricultores da Região 90% da sua clientela, atendendo os municípios de Atalaia, Flórida, Mandaguaçu, Iguaraçu, Lobato, Uniflor e Presidente Castelo Branco.

Segundo informações fornecidas pela Prefeitura Municipal, tal Posto Avançado possui um considerável volume de depósitos e seu fechamento causará sérios transtornos aos clientes e ao próprio Banco que deixará de contar com o depósito de todos os municípios citados.

Por outro lado, o custo do referido Posto se resume em 03 funcionários, 01 office-boy e 01 vigia que doutra maneira, serão remanejados para a agência de Nova Esperança.

Assim, senhores Deputados, é oportuno o presente requerimento que visa garantir o crescimento daquela rica região, através da permanência de tal instituição financeira, portanto contamos com o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 221

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o

envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, e à Secretária de Estado da Educação, Senhora Gilda Poli, solicitando a construção de uma Escola, na região dos Cinco Conjuntos, no Município de Londrina, para instalação de cursos de 1° grau, de 5.ª a 8.ª séries, e de 2° grau.

Requer, outrossim, que seja dada ciência deste requerimento ao Senhor Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Área de grande concentração populacional, os cinco conjuntos, na região Norte de Londrina, se ressentem da falta de uma Escola que abrigue estudantes de 5.ª a 8.ª séries, e de 2° grau.

Centenas de crianças e jovens, que ali residem, são obrigados a se deslocar até o centro da cidade, distante alguns quilômetros, para frequentar aqueles cursos, que são de responsabilidade do Estado.

Muitos acabam ficando fora da escola, por falta de vagas ou até por dificuldades para arcar com as despesas do transporte.

A Construção de uma Escola para funcionamento de turmas de 1° grau, de 5.ª a 8.ª séries, e de 2° grau, é reivindicação dos quase 100 mil moradores dos Cinco Conjuntos, em sua maioria família de baixa renda, e está a merecer atendimento imediato pela Secretaria de Estado da Educação.

REQUERIMENTO N° 223

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente destinado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, objetivando a pavimentação asfáltica entre a Municipalidade de Mallet ao seu Distrito Administrativo de Rio Claro do Sul e à BR.476.

Fora de qualquer dúvida, a pavimentação asfáltica ligando o Município de Mallet ao seu Distrito de Rio Claro do Sul à BR 476 é uma antiga aspiração das suas comunidades.

Além da integração social a aludida obra propiciará um verdadeiro impulso econômico, que se consolidará notadamente em face do rápido e seguro escoamento das safras agrícolas, atividades que representam a base do crescimento daquela região, também integrando-a à BR 476, Rodovia União da Vitória-São Mateus do Sul.

Pelas razões aqui apresentadas, espera-se que esta justa solicitação seja elencada com prioridade por parte desta Pasta.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 224

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Planejamento solicitando as seguintes informações:

1 - Os termos em que foi efetuado o convênio entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo do Estado de Pernambuco para a cessão do pacote Tecnológico que constitui o Banco de Dados do Estado, elaborado pelo IPARDES.

2 - O paradeiro das duas centrais telefônicas e do parque gráfico, patrimônio da Fundação Edison Vieira, que se encontra desaparecido desde a transferência do Instituto para o Edifício Castelo Branco.

3 - Os responsáveis pelo desaparecimento do veículo Gol Placa CI 8250, de propriedade do IPARDES, e que desapareceu quando estava sob a responsabilidade de funcionário deste Instituto, bem como as sanções estabelecidas para estes responsáveis.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 230

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Alberto Policaro, MD. Presidente do Banco do Brasil, solicitando a permanência em funcionamento do Posto Avançado da Instituição, no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Missal é um dos municípios do Estado que será contemplado com recursos oriundos de Royalties, na ordem de aproximadamente CR\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de cruzeiros) mensais, valor este de significativa importância para o desenvolvimento ainda maior do município.

Ressaltamos ainda que sob a coordenação do Prefeito está sendo mobilizada toda a comunidade para que prestigiem o Banco do Brasil, cujo trabalho temos certeza em breve demonstrará a viabilidade da instituição em Missal.

Entendemos que os fatos acima devem levar o Banco à reavaliar a sua decisão e revogar a medida que visa desativar o posto avançado da instituição no município.

REQUERIMENTO N° 232

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Alberto Policaro, Mui Digno Presidente do Banco do Brasil, solicitando a permanência em funcionamento da sessão externa da Instituição, em Mercedes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A permanência em funcionamento da sessão externa do Banco do Brasil, em Mercedes, futuro município, é de fundamental importância para o desenvolvimento daquela comunidade.

Acreditamos que a participação da instituição no momento da sua emancipação contribuirá sobremaneira para o seu crescimento e, estamos convictos de que a população saberá recompensar demonstrando o potencial do município e provando a viabilidade do Banco.

REQUERIMENTO N° 233

Senhor Presidente.

O Deputado que este firma no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o urgente reequipamento, reaparelhamento e rearmamento da Delegacia da Polícia Civil do Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se o pedido no fato de que a Delegacia de Polícia Civil de Marechal Cândido Rondon, encontra-se, hoje, na mais caótica situação, não mais reunindo as mínimas condições de operação, uma vez que o armamento ali existente é pouco e ineficiente, os recursos humanos insuficientes para atender os serviços policiais, e a viatura, única na unidade, é velha e sucateada, sem condições para qualquer operação, entre outras deficiências.

É abstruso que em área fronteiriça e com alto índice de roubos de veículos, contrabando e tráfico de drogas, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, tenha relegada aquela Delegacia de Polícia ao abandono e ao descaso.

REQUERIMENTO N° 248

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, ao Departamento de Estradas e Rodagem da Secretaria Estadual de Transportes, solicitando a imediata instalação de

redutores de velocidade no quilômetro 23 da Rodovia dos Minérios, distrito de Bateias, Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 03.06.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rodovia dos Minérios abordado por esta proposição - em frente ao Supermercado das Irmãs Seronatto - tem sido cenário de grande número de acidentes e atropelamentos - inclusive com morte - nestes últimos meses.

O local é de grande acesso por parte de pedestres. Entretanto, os veículos transitam por aquela área em alta velocidade o que acaba provocando os acidentes.

Temos certeza, inclusive, que esta questão já é do conhecimento dos técnicos do DER, que prontamente encaminharão as medidas necessárias para pôr fim a tão aflitiva situação.

Que do presente dê-se ciência ao Prefeito e Vereadores de Almirante Tamandaré, bem como à Senhora Neusa Seronatto, no Km 23, da Rodovia dos Minérios, Distrito de Bateias- Almirante Tamandaré

REQUERIMENTO N° 250

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente deste Poder à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando informações sobre a cobrança de taxa de esgoto.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Domingos José Anacleto, contribuinte curitibano é um dos muitos cidadãos que recolhem, mensalmente, taxa de esgoto, junto com a despesa de abastecimento de água através da SANEPAR.

Acha-se numa situação peculiar, uma vez que não utiliza - ou se o faz, não tem conhecimento - do sistema de esgoto da empresa, sendo usuário de "fossa" domiciliar.

Não se trata de questionar a cobrança da taxa, mas de informar-se a cerca dela e, principalmente, dos direitos conquistados a partir do seu pagamento.

É de interesse do contribuinte e de outros da coletividade saber se, mediante o pagamento efetuado ao longo dos anos, há o direito respectivo de acesso ao serviço, bem como dos procedimentos para ter acesso a ele.

Temos certeza de que tais informações serão prestadas para a proverbial atenção e competência do pessoal técnico da SANEPAR, na brevidade que o próprio caso requer.

Que do presente se dê ciência ao inte-

ressado, Senhor Domingos José Anacleto, Rua Nilo Peçanha, 2080- Bom Retiro- CEP- 80.520, Curitiba- Paraná.

REQUERIMENTO N° 255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial a Superintendente da LBA no Paraná, Senhora Amélia de Almeida Hruschka, no sentido de que seja viabilizado envio de recursos financeiros e/ou em matérias para distribuição de cerca de 2000 cestas básicas para as famílias carentes, essencialmente, aqueles trabalhadores volantes de Umuarama.

Do aprovado, Requer, envio de expediente ao ilustre Senhor Alexandre Ceranto, Digno Prefeito de Umuarama.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A situação dos trabalhadores da área rural é realmente triste diante da miséria que assola a agricultura do Paraná e do Brasil.

O pequeno e o médio agricultor carece de garantias melhores para plantar e tranquilizar sua família, estabilizando-os economicamente.

Além desse segmento importante da economia do Estado, temos um outro de igual importância que é o trabalhador volante.

O requerido é o mínimo de justiça que se faz a esse trabalhador que está sem perspectiva alguma para sobreviver, dada a grande estiagem que vem assolando a região.

REQUERIMENTO N° 263

Senhor Presidente.

O Deputado que este firma no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando o urgente reequipamento, reaparelhamento e rearmamento da Delegacia da Polícia Civil, no Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ÉLIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se o pedido no fato de que a Delegacia da Polícia Civil de Marechal Cândido Rondon encontra-se, hoje, na mais caótica situação, não mais reunindo as mínimas condições de operação, uma vez que o armamento ali existente é pouco e ineficiente, os recursos humanos insuficientes para atender os serviços policiais e a viatura, única na unidade, é velha e sucateada, sem condições para qualquer operação, entre outras deficiências.

É abstruso que em área fronteiriça e com alto índice de roubos de veículos, contrabando e tráfico de drogas, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, tenha relegada aquela Delegacia de Polícia ao abandono e ao descaso.

REQUERIMENTO N° 265

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, à Secretaria Municipal de Administração de Curitiba, solicitando a tomada de providências cabíveis, no sentido de apurar as denúncias veiculadas por toda a imprensa da Capital, com relação a GNPP-Sociedade Nacional de Previdência Privada, que vem lesando servidores públicos há cerca de vinte anos.

A citada seguradora, com falsas promessas feitas em intenso trabalho dentro das repartições públicas do Estado, vem conseguindo um grande número de associados que após pagarem por 15 anos, ou mais, mensalidades dentro do plano escolhido - muitos ainda estão pagando - se vêem ludibriados pela mesma, sem direito à prometida aposentadoria mensal e outros benefícios.

O evidente prejuízo que muitos servidores vêm sofrendo, justifica a presente proposição.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 245

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação e ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial do Esporte, encarecendo a construção de um complexo esportivo no Colégio Estadual São Vicente de Paula, localizado na municipalidade de Irati.

Inicialmente, cabe lembrar que o Colégio Estadual foi um dos primeiros educandários em funcionamento do Estado, fundado pela Igreja Católica e a comunidade. Nele se circunscreve páginas importantes da cultura e do pioneiro desenvolvimento paranaense, muito particularmente daquela região Centro-Sul.

Nos dias de hoje, guardando na sua essência traços marcantes de outros tempos e firmando compromisso com a modernidade, o mencionado estabelecimento continua de modo indelével, atuando na formação das gerações, abrigando em suas instalações mais de 1400 alunos, distribuídos na formação

básica e nos cursos profissionalizantes.

Dentro da preocupação com a qualidade de ensino, se fazem necessárias algumas providências, dentre elas a construção de um complexo esportivo. Possuindo somente uma precária quadra de esportes, a prática da educação física como disciplina tem sido inviabilizada, criando sérios transtornos aos professores e ao estudantado.

Em se tratando de uma obra de inegável interesse e há muito pleiteada, fica a expectativa que este requerimento receba a justa acolhida, reconhecendo, mais uma vez, a importância histórico-social do Colégio Estadual São Vicente de Paula.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 254

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, pedido de informações a Secretária Estadual da Educação Senhora Gilda Poli, sobre a falta de professores para que se dê início ao ano letivo de 1991 e quais providências serão tomadas para que o mesmo não ocorra nos próximos anos.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A volta às aulas na rede estadual de ensino, em diversas regiões do Estado, na segunda-feira (04/03), revelou-se um pesadelo para pais e professores.

Em Curitiba e Região Metropolitana, nos municípios das Regiões de Londrina e Ponta Grossa, e em outras áreas do Interior do Estado, a situação foi a mesma: faltam professores para atender todas as turmas matriculadas. Muitas escolas foram obrigadas a montar esquemas alternativos ou simplesmente se viram obrigadas a dispensar os alunos, porque não tem quem lhes dê aulas.

Pelas informações da imprensa, tem casos de colégios estaduais, como o "Júlia Wanderley", de Curitiba, que não tiveram outra saída senão prolongar as férias de algumas turmas, por mais 15 dias.

Pelas contas do Sindicato dos Professores do Paraná-APP, faltam 10 mil professores para atender as necessidades da rede estadual de ensino. A Secretaria da Educação do Estado rebate este número, mas ainda não tem dados concretos sobre a situação, porque as matrículas continuam abertas.

Ao que consta, a Secretaria da Educação do Estado espera ter resolvido esta situação na próxima semana. Mas os diretores acreditam que a situação começa a ser normalizada depois que for divulgado o resultado do teste de seleção para professo-

res, que está sendo realizado hoje nos 22 Núcleos de Educação do Estado, o que só deve acontecer no dia 15 deste mês.

Em vista disto, consideramos importante que informações e esclarecimentos sejam prestados pela Secretaria da Educação do Estado, para que se possa saber quando efetivamente as aulas na rede de ensino estarão normalizadas.

Outra preocupação é que o teste seletivo vai solucionar o problema por apenas um ano. O artigo 27, inciso IX da Constituição Estadual estabelece que o contrato destes professores é por tempo determinado, de no máximo um ano, e é vedada a recontratação. Isto nos faz lembrar que o mesmo tumulto verificado agora, no início do ano letivo, pode se repetir em 92. Acreditamos que está na hora do Governo do Estado pensar em uma solução definitiva para o caso, realizando concurso público para o magistério.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 47/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Iguatemi do Paraná, desmembrado do município de Maringá, com as seguintes divisas:

"Começa na Foz do Rio Ribeirão Rems no Ribeirão Atlantique, subindo pelo Ribeirão Rems até encontrar a Foz do Córrego Misto; segue-se pelo Córrego Misto até a sua nascente; segue por uma linha seca, passando pela divisa dos lotes 67 e 68 da Gleba Ribeirão Centenário, até encontrar uma estrada; segue-se por esta estrada, até as divisas dos lotes 27-A e 27 da Gleba Ribeirão Colombo, descendo por ela até a divisa do lote 27-B, da Gleba Ribeirão Colombo e continua pela divisa dos lotes 27 e 27-B, até encontrar o Córrego Piracaúba; segue pelo Córrego Piracaúba, até encontrar a Foz do Córrego Nopal,; daí subindo pelo Córrego Nopal até a sua nascente; daí por uma linha reta e seca, até a nascente do Córrego Camacua, descendo pelo referido Córrego, até a sua Foz no Ribeirão Chapecó; sobe pelo Ribeirão Chapecó até sua nascente, segue por uma linha reta e seca até a nascente do Ribeirão Centenário, descendo pelo Ribeirão Centenário até a sua Foz no Ribeirão Atlantique, continua pelo Ribeirão Atlantique até encontrar a Foz do seu afluente Ribeirão Rems, ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando

Curitiba, quarta, em 06.03.91

revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(aa) DURVAL AMARAL

ERNANI PUDELL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 48/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica revogada a Resolução n° 051/90, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no município de Paranaguá, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Pontal do Paraná.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoiamento:

Nelson Justus, Arlindo Troian, Duílio Genari, Basílio Zanusso, João Iensen, Ademar Traiano, Nelson Garcia, Heinz Herwig e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução torna-se necessário, incontestável que é o fato da inviabilidade da criação do município de Pontal do Paraná, já que este "futuro" município não possui infra-estrutura para arcar com o ônus desta criação. Tal fato decorre, simplesmente, de que apenas em época de alta temporada há entrada de recursos monetários, através da fluência de veranistas no comércio e demais atividades lucrativas.

Contudo, não se pode criar um município embasado, apenas e tão somente que, num curto prazo de tempo existe injeção de recursos. Um município precisa de constantes meios de arrecadação financeira para cumprir seus deveres com os seus municípios e suas obrigações para com o Estado.

É preciso que se crie municípios fortes e não capengas, incapazes de proporcionarem progresso, desenvolvimento e bem estar àqueles habitantes que configuram a sua comunidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 35/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 1° da Lei Estadual n° 9.235 de 30 de abril de 1990 passa a vigorar na seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada como de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Canaã, com sede e foro no município de Curitiba neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade corrigir a redação da lei que declarou de Utilidade Pública a Associação Comunitária Evangélica Canaã.

Na propositura original foi veiculada, erroneamente, a sede da entidade no município de Colombo, quando na verdade está localizada em Curitiba, mas apenas a creche mantida pela entidade se localiza naquele município.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 37/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do município de Ibema.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Num país onde a grande maioria das vezes as crianças vêm-se abandonadas à própria sorte, das mais meritórias e edificantes é a preocupação do povo generoso de Ibema, em relação ao problema das crianças excepcionais.

A Associação acima citada, através de inúmeros trabalhos, vem desenvolvendo atividades voltadas ao atendimento primórdio aos excepcionais.

Não constitui por certo, novidade para ninguém, as dificuldades com que este tipo de trabalho desenvolve-se, uma vez que, nem sempre, embora seja grande a contribuição do povo de Ibema, os recursos são suficientes.

Razão pela qual, apresentamos o presente plano de lei, que aprovado por esta Casa, poderá contribuir com o benemérito trabalho desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Ibema.

PROJETO DE LEI N° 38/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - "Tem como ponto de partida a barra do rio Laranjal com o rio Piquiri, seguindo por esse em direção à nascente por uma distância de 69.427 metros lineares, confrontando na direita com os municípios de Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul e

Cantagalo até a barra do rio Pinhal Grande, seguindo por esse em direção à nascente por uma distância de 19.050 metros lineares até encontrar a barra do arroio dos Farias, segue pelo arroio por uma distância de 1500 metros lineares até encontrar uma estrada vicinal denominada KC 109, segue pela estrada vicinal por uma distância de 6150 metros lineares até encontrar PR. 456 na localidade denominada Rio Branco, segue pela PR. 456 em direção à sede de Palmital por uma distância de 1600 metros lineares até encontrar a ponte (boeiro do rio), segue por esse rio denominado Rio Branco por uma distância de 24.001 metros lineares desaguando no Rio Cantu, confrontando na margem esquerda com o município de Palmital, segue pelo Rio Cantu por uma distância de 31.000 metros lineares até a barra do Rio Lageado Preto, confrontando na margem esquerda com o município de Nova Cantu, segue pelo rio Lageado Preto em direção à nascente por 12.000 metros lineares até a comunidade denominada Mirin, segue por uma linha seca com 1800 metros lineares até à nascente do Rio das Ervas, segue por esse rio até a barra com o rio Laranjal por uma distância de 7000 metros lineares, a seguir pelo rio Laranjal segue com 1200 metros lineares até o ponto de partida onde o rio Laranjal faz barra com o rio Piquiri.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

PROJETO DE LEI N° 39/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedida a Sra. Maria Bateloqui, viúva do ex-prefeito de Guairaçá, Sr. Armando João Bateloqui, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 31.790,92 (trinta e um mil, setecentos e noventa cruzeiros e noventa e dois centavos).

§ 1° - O valor de que trata o caput deste artigo será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimento do funcionalismo, nos mesmos percentuais e época de vigência.

§ 2° - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida, caso a beneficiária contrair núpcias.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos financeiros a partir de 1° de abril, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

ARMANDO JOÃO BATELOQUI, como prefeito municipal de Guairaçá no período de

1964/69, teve a sua atenção endereçada aos mais humildes munícipes. Sua administração sempre democrática e pluralista, honesta e simples, angariou a simpatia dos cidadãos do município.

Por tudo acima demonstrado e notadamente no despojo pessoal do trato da coisa pública, deixando de lado a sua vida particular, é que ele ao deixar a administração municipal, encontra-se em situação difícil, não restando outra alternativa, senão aceitar o emprego humilde de servente de limpeza no Colégio Estadual de Paranaíba, função que ocupou até a sua morte.

Convém salientar, que sua esposa MARIA BATELOQUI enquanto primeira dama do município, desenvolveu atividades sociais, que em muito melhoram a situação dos mais carentes cidadãos do município.

Por este motivo, levamos esta proposta como homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná ao município de Guaiaraçá.

PROJETO DE LEI N° 40/91
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, "post-mortem" ao Senhor JOAQUIM PENIDO MONTEIRO.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a homenagem através da qual pretendemos seja concedido "post-mortem" o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ ao Senhor Desembargador JOAQUIM PENIDO MONTEIRO, por quem mantivemos profundo respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade paranaense, além do que, acrescentamos, "que a memória preservada e divulgada dos vultos ilustres dos cidadãos de vida e conduta irrepreensível e edificante, é necessária para que as novas gerações tenham um parâmetro, um exemplo em que se inspirar".

O Desembargador Joaquim Penido Monteiro nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, a 16 de novembro de 1890, filho do médico Dr. Joaquim Antonio Monteiro da Silva e de Dona Francisca Penido Monteiro. Ali passou sua infância indo depois fazer seu curso de humanidade (ginasial) no Colégio São Luiz do Itú, São Paulo, onde colou grau em 1907. Matriculou-se no 1° ano de tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1908, com a carta de bacharel em Ciências e Letras, expedida pelo Colégio São Luiz, de Itú. Recebeu o grau

de Bacharel em Direito no dia 12 de dezembro de 1912.

Como estudante de Direito, em São Paulo, exerceu atividades jornalísticas, que passaria a desenvolver profissionalmente, recém-formado, quando foi nomeado Diretor da Agência Americana do Rio de Janeiro. Neste cargo viajou por toda a América do Sul e esteve, depois, como Diretor em Buenos Aires.

Em seguida, quis o destino que o seu primeiro posto dentro da profissão para a qual se tinha formado, fosse exercido no Paraná, sua terra de adoção, na qual viveu 44 dos seus 72 anos. Por decreto do dia 03 de junho de 1916, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Palmeira. Lá chegando fez logo imenso círculo de relações dentro da sociedade local, relações estas que conservou por toda a vida. Muito contribuiu para isto seu temperamento extremamente sociável e sua imensa cultura literária que o fazia dono dos salões daquela época, onde as tertúlias eram tradicionais.

No dia 26 de janeiro de 1917, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Palmas, convocado que foi pelo Governo de então, judicatura que desempenhou num período difícil do chamado "contestado".

No dia 20 de novembro de 1917, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Rio Negro. Nesta cidade, em fevereiro de 1918, conheceu a senhorinha Olindina Amazonas de Araújo Marcondes. Com ela, que foi a companheira perfeita durante 39 anos e sua grande incentivadora, contratou casamento em União da Vitória, no dia 17 de junho de 1918 e casou no dia 24 de dezembro do mesmo ano.

Ali em Rio Negro, também manteve um grande círculo de amizades, entrosando-se completamente na sociedade local.

Em 1920, nasceu sua primeira filha, Maria, em União da Vitória. Em Curitiba, no mesmo ano, foi professor de francês e inglês no Ginásio Estadual e nesta época requereu o título de agricultor, revelando, desta e de outras formas, o seu grande amor pela terra e por seus problemas.

Em 1922, nasceu a sua segunda filha, Ercília. Em 1923, apesar do acidente automobilístico que teve como consequência a perda de uma perna veio a ser fazendeiro em União da Vitória, provando, com isto que sua fortaleza moral superava de longe a deficiência física que o abatera. A coragem era uma das mais fortes marcas do seu caráter.

Em 1925, nasceu em Porto União sua terceira filha, Henriqueta, que ele fez questão de registrar no Paraná como cidadã paranaense.

De 1928, quando nasceu seu quarto e último filho, Joaquim Antonio, a 1930, foi

prefeito de União da Vitória, tendo marcado sua gestão com grandes melhoramentos para cidade, que muito se beneficiou de seu espírito empreendedor e de sua visão administrativa.

Em 25 de junho de 1930 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de São Jerônimo da Serra, no norte do Paraná, na época em que o norte era sertão inexplorável.

Em 1932 foi removido para a Comarca de Palmas, onde reencontrou suas velhas amizades ali deixadas em 1917.

Em 23 de abril de 1934 foi removido como Juiz de Direito para a Comarca de Irati, onde esteve até 1938. Em 13 de janeiro de 1938 foi removido para a Comarca de Paranaguá, onde ele teve atuação importante durante a 2.^a Guerra Mundial como chefe da Defesa Passiva local. Em maio de 1946 foi então transferido para a Comarca de Campo Largo, onde inclusive incentivou o alistamento eleitoral.

Em 28 de janeiro de 1950 foi removido, por merecimento, para a recém-criada 4.^a Vara Cível e Comércio da Capital, onde, a partir de 1951, dividia o seu tempo entre a judicatura e o magistério superior, na qualidade de professor, primeiro de Direito Comercial e depois de Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, mister que encarava como sacerdócio. Empenhou-se ao máximo, como professor para que os alunos aproveitassem os ensinamentos transmitidos e a eles se dedicou com devotamento e entusiasmo. Era professor exigente, sim, no sentido de se esforçar para ministrar aulas bem preparadas e com assiduidade e para motivar os alunos e deles obter o melhor aproveitamento. Sabia comunicar-se com os alunos de forma cordial e respeitosa, inspirando-lhes confiança e reconhecimento, o que foi comprovado pela escolha de seu nome por aclamação para ser paraninfo e patrono de várias turmas de bacharéis.

Por decreto de 21 de outubro de 1954, foi nomeado, por merecimento, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cujo cargo exerceu proficuamente até a sua aposentadoria voluntária. Como Desembargador exerceu mandato de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral.

Apesar de ter sido na mocidade um brilhante advogado, ele se considerava um juiz por vocação, profissão que achava extremamente difícil, mas que exercia com grande sabedoria, devotamento e humanidade. Os testemunhos de todas as pessoas que com ele trabalharam por esse Paraná afora são eloquentes. Era um juiz probo, rigoroso, mas profundamente humano, que fazia da sua profissão um apostolado. A sua vida foi o legado que deixou aos seus antecessores. Uma vida toda de dedicação ao serviço da bondade, da verdade e da JUSTIÇA!

Sob o aspecto literário, Joaquim Penido Monteiro era homem de grande cultura, apaixonado pela boa literatura e pela boa poesia. Era leitor insaciável.

Falava seis línguas perfeitamente e conhecia profundamente o grego e o latim. Recitava de cor grandes trechos da Ilíada, de Homero, original. Tinha feito curso de arte dramática, quando estudante de Direito, em São Paulo. Tinha uma dicção perfeita. Era um maravilhoso recitador de poesias, considerado por gente como Guilherme de Almeida, seu amigo íntimo, como seu melhor intérprete. Os seus discursos ficaram famosos, em todos os lugares onde viveu. Fazia conferências sobre os mais variados assuntos, desde a Divina Comédia, de Dante, uma de suas paixões, até os índios do Roncador. Foram estes os dois temas que dera ao Touring Club, que o convidara a fazer conferências durante a viagem do "Ana Nery" até Manaus, viagem esta que não iria realizar, pois faleceu repentinamente, duas horas antes do embarque.

Era o que chamamos um homem da renascença. Lia sobre tudo, estudava tudo, penetrava em tudo, com sua inteligência fora do comum. Assistia curso sobre genética, do Prof. Newton Freire Maia, sobre o Tratado de Tordesilhas do Prof. Jayme Cortezão, sobre a Divina Comédia, do Prof. Bruno Ennei. E ganhava prêmios no final do curso por ter tido aproveitamento excepcional!

Foi um jovem em espírito, em entusiasmo, em vigor, em amor pela vida. Morreu como uma árvore. Caiu de pé, ceifado por um colapso, quando se preparava para realizar um grande sonho - o de conhecer o Rio Amazonas. Esse rio, que poderia simbolizá-lo, na sua grandeza.

"Sua personalidade deixou uma marca inesquecível no âmbito familiar. Firme no caráter, amoroso, sentimental, conselheiro e amigo de todos os momentos; era pessoa de trato simples e acessível para adultos e crianças, desde o mais humilde até o mais culto interlocutor, sem nunca deixar de transparecer e humanista da mais elevada estirpe".

Este, como diz Henriqueta Penido Monteiro Garcez Duarte, uma de suas filhas, era o nosso pai!

Assim, ensejando a passagem do ano de seu centenário, não poderíamos nos furtar da satisfação de prestar esta homenagem à memória desse insigne homem público, como reconhecimento e gratificação pelo que representou para todos nós paranaenses.

PROJETO DE LEI N° 41/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida Pensão Mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros) para a Sra. Delma Tesser da Silva, viúva do ex-Prefeito de Enéas Marques Sr. Atilio Chaves da Silva.

§ 1º - O valor referido neste artigo será atualizado na época e nos mesmos índices da atualização salarial dos funcionários públicos estaduais.

§ 2º - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida, caso a beneficiária contraia novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O ex-Prefeito Atilio Chaves da Silva chegou ao Cargo de Primeiro Mandatário de Enéas Marques, pelas qualidades de cidadão - reconhecidas pela população local. Homem simples e habituado às lidas do meio rural, não lhe foi possível acumular posses, deixando como herança, ao falecer, sua lembrança, seu nome honrado e seu exemplo de trabalho, sempre compartilhado por sua nobre esposa, a quem propomos estender o reconhecimento público do Legislativo Estadual. Esperamos assim, o apoio dos ilustres Deputados e o seu voto unânime.

PROJETO DE LEI N° 42/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida para a Sra. Iracema Feiten, viúva do Sr. Ivo Pedro Feiten - ex-Prefeito do município de São João, Pensão Mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros).

§ 1º - O valor referido neste artigo será atualizado na época e nos mesmos índices da atualização salarial dos funcionários públicos estaduais.

§ 2º - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida, caso a beneficiária contraia novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O ex-Prefeito Ivo Feiten foi trabalhador incansável e dedicado, contando, sempre, com a estreita colaboração da esposa - Dona Iracema. A herança deixada pelo ex-Prefeito foi o nome honrado, o respeito e a dedicação desprendida pela função pública, a qual exerceu proficientemente e com muito amor, o qual inspirou as amizades que sabiamente conquistou.

Como homem público foi coerente com rígidos princípios, muitas vezes até privando a família da sua companhia para atender interesses considerados "mais urgentes" da comunidade, à qual sempre serviu desinteressadamente.

A Pensão ora proposta representará, o que esperamos, um justo reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo ilustre ex-Prefeito e um agradecimento à esposa que soube privar-se de muitos direitos para respeitar os deveres do saudoso esposo. Por tais razões esperamos poder contar com o apoio dos ilustres Pares desta Casa, associando o Poder Legislativo a essa manifestação de reconhecimento.

PROJETO DE LEI N° 43/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida para a Sra. Mildred Cantelmo, viúva do ex-Prefeito de Francisco Beltrão, Sr. Antonio de Paiva Cantelmo, Pensão Mensal no valor de Cr\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil cruzeiros).

§ 1º - O valor referido neste artigo será atualizado na época e nos mesmos índices da atualização salarial dos funcionários públicos estaduais.

§ 2º - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida, caso a beneficiária contraia novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91

(a) JOÃO ARRUDA.

Apoiamento: Ademar Traiano

JUSTIFICATIVA:

O ex-Prefeito Antonio de Paiva Cantelmo exerceu o cargo de Prefeito de Francisco Beltrão por dois períodos Administrativos. Esteve entre os primeiros a chegar a radicar-se na antiga Vila de Marrecas que ajudou a emancipar-se e à qual dedicou-se com entrega total em todos os momentos de sua vida.

Sua esposa, Dona Mildred, o acompanhou em todas as dificuldades e jamais deixou de colaborar com a Administração Municipal tendo exercido, efetivamente, o papel de Primeira Dama do Município. Assumiu o trabalho de assistência social e comunitária, a direção dos clubes de mães locais e da implementação de inúmeros cursos para mães e crianças carentes. Essa participação merece o reconhecimento público que buscamos materializar com a presente proposta que, esperamos, possa merecer o apoio dos prezados Pares deste Parlamento.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 44/91

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

Art. 1° - O Serviço Público de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros será executado pelo Estado ou outorgado, na forma desta lei, a empresas privadas, doravante denominadas transportadoras.

Art. 2° - Não estão sujeitos às disposições desta lei, os serviços de transporte de passageiros, comprovadamente sem objetivo comercial, executados por entidade pública ou privada.

Art. 3° - Compete à Secretaria de Estado dos Transportes, doravante denominada concedente, executar ou outorgar, planejar, controlar e fiscalizar a execução dos serviços de que trata esta lei.

CAPÍTULO II
DAS DEFINIÇÕES

Art. 4° - Para efeito de interpretação desta lei, entende-se por:

I - BAGAGEIRO - compartimento destinado exclusivamente ao transporte de volumes ou bagagens, com acesso pela parte externa do veículo;

II - BILHETE DE PASSAGEM - documento que comprova contrato de transporte com o adquirente;

III - COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO MÉDIO - a relação entre a receita efetivamente auferida por uma transportadora e a receita máxima teoricamente possível de ser auferida;

IV - COEFICIENTE DE UTILIZAÇÃO - relação entre os lugares ocupados e os lugares oferecidos;

V - CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS DE DEMANDA - oscilação sensível do número de passageiros, em razão de circunstâncias temporárias ou ocasionais;

VI - COMPOSIÇÃO TARIFÁRIA - conjunto de fatores que incidem na fixação do custo da tarifa de transporte;

VII - CONEXÃO DE LINHAS - realização de viagens em mais de uma linha com o mesmo veículo e venda simultânea de passagens correspondentes às linhas conectadas;

VIII - DEMANDA - volume de procura do serviço de transporte;

IX - FAIXA DE HORÁRIO - determinação de horário de partida a cada transportadora na ligação efetuada por mais de uma com resguardo de intervalo mínimo entre elas;

X - FREQUÊNCIA - número de viagens em cada sentido numa linha;

XI - HORÁRIO - momento de partida, passagem e chegada, determinada pelo concedente;

XII - ÍNDICE DE DESEMPENHO - é a demonstração da capacidade administrativa e técnico-operacional da transportadora em serviço de transporte coletivo em que opere, em determinado período, considerando-se como fatores a idade média da frota, veículos com mais de 10 (dez) anos, multas e capacidade média de lugares da frota;

XIII - ÍNDICE DE LIQUIDEZ - relação entre o patrimônio líquido e o exigível, tomada para um determinado período;

XIV - ITINERÁRIO - via percorrida na execução do serviço, podendo ser definido por código de rodovia, nome de localidade à sua margem, ou ponto geográfico conhecido;

XV - LETREIRO INDICATIVO - letreiro existente na parte superior do pára-brisa dianteiro do veículo, contendo indicação do serviço e iluminado internamente à noite;

XVI - LINHA - serviço regular entre duas localidades que são pontos terminais, por itinerário, seccionamento e horário definidos;

XVII - LINHAS METROPOLITANAS - são as linhas intermunicipais que ligam dois pontos, um dos quais absorve, parcialmente, o mercado de trabalho do outro;

XVIII - MERCADO AUTÔNOMO - ocorre quando a demanda de passageiros nos últimos doze meses determine um coeficiente de aproveitamento médio superior ao que serviu de componente no cálculo da tarifa;

XIX - MERCADO INTERMEDIÁRIO - núcleo de população, localizado ao longo de itinerário de linha, sem que constitua seus pontos terminais;

XX - NORMA DE CARROCERIAS - conjunto de regras estabelecidas pelo concedente, através de seu Conselho Diretor, disciplinadoras dos critérios técnicos a serem ob-

servadas pelas transportadoras referentes a carroceria dos veículos utilizados na execução das linhas ou serviços complementares;

XXI - NÚCLEO - povoado;

XXII - PERCURSO - distância percorrida na execução da linha;

XXIII - PLANO DE OPERAÇÃO - descritivo operacional de linha em licitação, com as condições essenciais para início da execução;

XXIV - PONTO DE APOIO - local para prestação de serviço de manutenção e socorro de veículo ou troca de tripulação;

XXV - PONTOS TERMINAIS - locais onde se inicia e completa a viagem de linha;

XXVI - PONTO DE PARADA - local de parada obrigatória na realização da viagem;

XXVII - PONTO DE SECÇÃO - limite de trecho compreendido pela secção;

XXVIII - SECÇÃO - serviço autorizado em trecho de itinerário, configurado no documento de outorga, com fracionamento do preço da passagem;

XXVIX - TARIFA - preço fixado para o transporte de passageiros;

XXX - TEMPO DE VIAGEM - tempo de duração total da viagem, computando-se o tempo de percurso e o de parada;

XXXI - UPFPR - Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná, criada pela Lei Estadual n° 7257, de 30.11.79, com as modificações posteriores;

XXXII - VIAGEM DIRETA - viagem executada com secção única;

XXXIII - VIAGEM DE FRETAMENTO - serviço eventual ou contínuo, sem caráter de linha regular;

XXXIV - VIAGEM MÚLTIPLA - viagem total de linha em horário autorizado na outorga, além da viagem ordinária;

XXXV - VIAGEM ORDINÁRIA - viagem total de linha no cumprimento do horário outorgado;

XXXVI - VIAGEM PARCIAL - viagem executada em parte do itinerário pela transportadora mediante requisição e autorização do Poder Concedente;

XXXVII - VIAGEM SEMIDIRETA - viagem executada com mais de uma secção em linha seccionada excluindo-se parte do seccionamento intermediário;

XXXVIII - VIAGEM REFORÇO - viagem eventual, parcial ou total, executada no itinerário, mediante comunicação ao concedente.

CAPÍTULO III DO PLANEJAMENTO E DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 5° - O concedente estabelecerá o Plano de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, que será aprovado por decreto, atualizando-o a cada 2 (dois) anos.

§ 1° - O plano determinará os resultados a serem alcançados, de modo a assegurar aos usuários transporte quantitativa e qualitativamente apropriado, nos termos desta lei.

§ 2° - Na elaboração do plano deverão ser considerados, dentre outros, os seguintes aspectos:

I - a importância das localidades abrangidas pela ligação no contexto político, econômico, turístico e social;

II - o total de passageiros transportados na ligação, considerando-se os últimos 12 (doze) meses;

III - a capacidade de geração de transporte das localidades servidas;

IV - o caráter de permanência da ligação;

V - o nível do serviço prestado;

VI - a infra-estrutura de apoio da ligação;

VII - a conveniência de operação dos mesmos serviços por duas ou mais empresas, sem vínculo de interdependência;

VIII - a comodidade, o conforto, a rapidez e a segurança para o usuário;

IX - a delimitação e o dimensionamento dos mercados de transporte consoante as conveniências de implantação e operação de serviços.

Art. 6° - As linhas e serviços de transporte coletivo intermunicipal classificam-se em metropolitanos e rodoviários.

§ 1° - As linhas e serviços metropolitanos classificam-se em:

I - METROPOLITANO CONVENCIONAL - transporte com utilização de veículos com duas portas, com controle de passageiros mediante o relógio marcador lacrado (catraca), admitidos passageiros em pé até o limite de 6 (seis) por metro quadrado;

II - METROPOLITANO SUPLETIVO - transporte com utilização de veículo com uma única porta, com capacidade máxima de

32 (trinta e dois) passageiros sentados, com controle de passageiros mediante relógio marcador lacrado (catraca), com utilização de poltronas reclináveis e vedado o transporte de passageiros em pé.

§ 2º - As linhas e serviços rodoviários classificam-se em:

I - RODOVIÁRIO DE CATEGORIA SUPERIOR - aquele que apresenta as seguintes características:

a) as passagens são adquiridas com antecedência, proporcionando reserva de lugares;

b) a origem e o destino das viagens processam-se em terminais rodoviários e, na falta destes, em agência de venda de passagens, ambos dotados dos requisitos mínimos de capacidade, segurança, higiene e conforto;

c) uso de ônibus tipo rodoviário convencional, com equipamentos adicionais, dotado das condições estipuladas na Norma de Carrocerias, com tarifa diferenciada, quando for o caso, a critério do concedente;

d) vedação do transporte de passageiros em pé;

e) oferta de viagens em geral expressas, com número reduzido de paradas restritas aos pontos de seção previamente autorizados pelo concedente e aos pontos de apoio;

f) utilização de rodovias em regiões predominantemente não conturbadas, proporcionando viagens em velocidades relativamente uniformes.

II - RODOVIÁRIO CONVENCIONAL - aquele que apresenta as seguintes características:

a) as passagens são, em geral, cobradas no interior dos veículos ou agências;

b) a origem, o destino e as paradas intermediárias das viagens processam-se em terminais rodoviários ou em abrigos rodoviários convencionais;

c) uso de ônibus rodoviário convencional, de acordo com a Norma de Carrocerias;

d) permissão de transporte de passageiros em pé, em número não superior a 30% de sua capacidade nominal, e em linhas com extensão de até 150 (cento e cinquenta) quilômetros.

III - RODOVIÁRIO EXECUTIVO - aquele que, além das características mencionadas no inciso I, possui outras, definidas na Norma de Carrocerias.

IV - RODOVIÁRIO LEITO - aquele que, além das características mencionadas no inciso I, dispõe de poltronas-leito.

Art. 7º - O concedente estabelecerá padrão de veículo a ser adotado em função da classe, qualidade de serviço e tempo de percurso.

Art. 8º - A implantação de linhas e serviços será antecedida de estudos que levarão em consideração os seguintes fatores mínimos:

I - conforto e comodidade dos usuários e a necessidade do transporte, verificada em levantamentos estatísticos;

II - a viabilidade econômica de exploração;

III - reflexos que impliquem variação acima de 15% (quinze por cento) do mercado de passageiros de outros serviços regulares já em execução, não sendo consideradas as variações inferiores a esse limite.

Art. 9º - Caso os estudos referidos no artigo anterior indiquem a conveniência de determinada linha ser operada por mais de uma transportadora, o concedente abrirá licitação para delegar o serviço dessa linha até o atendimento integral previsto no Plano de Transporte.

Art. 10 - O concedente procederá permanente controle de qualidade dos serviços prestados pela transportadora e do atendimento quantitativo do mercado, nos termos do contrato.

§ 1º - No controle de qualidade serão aferidas as características do serviço, sua execução sob condições de conforto, higiene, regularidade, pontualidade e segurança, obedecidas as seguintes regras:

I - veículos, pontos de parada e pontos de apoio em boas condições de segurança, conforto e higiene, com equipamentos em bom estado de manutenção e utilização;

II - cumprimento do esquema operacional aprovado pelo concedente, especialmente quanto aos horários de partida, chegada e etapas intermediárias de viagem;

III - bagagens e encomendas a salvo de danos ou extravios;

IV - cumprimento dos artigos 54 e 55 desta lei;

V - índice de acidentes, em relação ao número de viagens realizadas dentro dos limites fixados pelo concedente, excluídos os não computáveis à transportadora.

§ 2º - O controle quantitativo destinar-se-á a verificar o suprimento de determinado mercado de transporte, mediante apuração do coeficiente de aproveitamento médio da linha ou serviço, observado o seguinte:

I - nos serviços rodoviários, até o máximo de 0,75 (setenta e cinco centésimos);

II - nos serviços metropolitanos, até o máximo de 1,0 (um inteiro);

III - em ambos os casos, a critério do

concedente, será admitida variação para mais de até 15 pontos percentuais.

§ 3º - Constatada insuficiência no atendimento da linha ou serviço, o concedente notificará a transportadora, para supri-la em trinta dias, ou oferecer justificativa, sob pena de:

a) convocarem-se novas transportadoras para compartilhar o atendimento, reduzindo-se o número de horários da linha em operação, para assegurar a viabilidade econômica das novas concessões;

b) ser rescindido o contrato de concessão.

Art. 11 - Quando a demanda sofrer acréscimo incomum não previsto e temporário, a transportadora, se não tiver meios de satisfazê-la com seus veículos cadastrados para linhas regulares, deverá supri-la, enquanto perdurar a situação, utilizando outros veículos, desde que vistoriados e expressamente liberados pelo concedente.

CAPÍTULO IV DA OUTORGA DOS SERVIÇOS

Art. 12 - A prestação do serviço público de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros será outorgado:

I - no regime de concessão, sempre precedida de licitação na modalidade concorrência, obedecido o Plano de Transporte e, no que couber, o Decreto-Lei nº 2300, de 21 de novembro de 1986, com suas modificações posteriores;

II - no regime de autorização.

§ 1º - As concessões que se vencerem na vigência desta lei serão licitadas nos 6 (seis) meses que antecederem a expiração dos respectivos contratos.

§ 2º - Não se admitirá cláusula de exclusividade na outorga de concessões.

Art. 13 - A concessão para exploração dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é intransferível, e dar-se-á pelo prazo de 10 (dez) anos, admitindo-se, a critério do concedente, uma única prorrogação por 6 (seis) meses.

Art. 14 - A exploração dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros sob regime de autorização dar-se-á pelo prazo máximo de 6 (seis) meses e terá como finalidade a aferição de parâmetros para eventual licitação.

Parágrafo Único. A transportadora que operar sob o regime de autorização não gozará de vantagem na licitação.

Art. 15 - O procedimento de licitação para outorga de concessão será iniciado

decorrido 30 (trinta) dias da primeira publicação do resumo do edital no Diário Oficial do Estado e em periódicos de grande circulação a critério do concedente.

Art. 16 - O edital de concorrência conterá:

I - indicação de local, dia e hora para a apresentação das propostas;

II - indicação da autoridade que receberá as propostas;

III - local onde serão prestadas informações sobre a concorrência;

IV - disposições sobre o conteúdo das propostas;

V - valor, forma de prestação e modo de restituição de caução;

VI - características da linha, especificando:

a) número de transportadoras para a exploração;

b) número de veículos necessários à operação;

c) itinerário e percurso;

d) seções;

e) pontos terminais e de parada;

f) extensão da linha;

g) frequência;

h) condições de piso da estrada;

i) tipo de serviço.

VII - exigência de capital integralizado mínimo;

VIII - condições mínimas de guarda e manutenção do equipamento, inclusive de serviços mecânicos próprios ou contratados, com capacidade para atender à fronta nos pontos terminais e, quando exigido, em pontos de apoio;

IX - prazo máximo para início dos serviços;

X - exigência de apresentação do Plano de Operação da linha em certame,

XI - critérios para o julgamento da concorrência, pontuando-se as seguintes circunstâncias:

a) adequação do Plano de Operação às condições técnicas descritas no edital;

b) capacidade econômico-financeira do licitante;

c) desempenho anterior da transportadora;

d) disponibilidade e idade média da frota a ser vinculada ao serviço licitado.

XII - outras condições, visando a maior eficiência e comodidade dos serviços.

Art. 17 - Será considerada vencedora da concorrência a empresa que apresentar maior número de pontos nos critérios de julgamento previstos no edital.

Parágrafo Único. Ocorrendo empate no julgamento, serão observadas, para a escolha do vencedor, as seguintes condições, pela ordem:

a) Sede social no Estado do Paraná;

- b) Exploração regular de linha outorgada pelo concedente, cobrindo em maior parte o itinerário da linha em licitação;
- c) Sorteio.

Art. 18 - No instrumento de concessão, observadas as normas desta lei, constarão, obrigatoriamente:

- I - identificação das partes;
- II - características da linha, atendidas no que couber, as especificações do art. 16, VI;
- III - valor do investimento mínimo;
- IV - compromisso da transportadora de atender requisição do concedente para garantir operação de serviços, nas hipóteses de suspensão temporária de linhas ou extinção do contrato de concessão, e ainda para satisfazer demanda, até que seja cumprida a determinação do art. 9º, desta lei;

V - valor da caução;

VI - demais condições operacionais e legais;

VII - cláusula proibitiva do uso de fumo nos veículos;

VIII - foro.

§ 1º - Para a formalização do contrato, a transportadora deverá apresentar:

I - apólice do seguro de responsabilidade civil obrigatório;

II - apólice do seguro de acidentes pessoais;

III - certificado ou documento equivalente, de registro e vistoria dos veículos, e do registro da transportadora junto ao concedente;

IV - compromisso de obter, no prazo improrrogável de trinta (30) dias, autorização para utilização de pontos de embarque, desembarque e de parada;

V - outros documentos exigidos por lei ou pelo concedente;

VI - prova de licenciamento dos veículos no Estado do Paraná.

§ 2º - O não atendimento das exigências do parágrafo anterior acarretará a perda do direito de contratar, possibilitando-se ao concedente convocar os licitantes remanescentes, na ordem de sua classificação.

Art. 19 - Firmado o contrato, serão expedidos certificados de concessão e a ordem de início dos serviços.

Parágrafo Único. O certificado de concessão deverá especificar:

- a) nome da transportadora;
- b) número do registro junto ao concedente;
- c) número da linha, indicação dos seus terminais, seções e itinerários;
- d) horários de partida e de chegada nos terminais e pontos de seção e de parada;
- e) restrição existente.

Art. 20 - A concessão sujeita-se a período de carência de 2 (dois) anos, computado no prazo, durante o qual serão observados a capacidade administrativa, técnico-operacional e índice de desempenho da transportadora.

Parágrafo Único. Durante a carência, comprovadas a incapacidade administrativa ou técnico-operacional na forma do art. 10, será rescindido o contrato de concessão, com reversão da caução ao concedente, e sem direito a indenização.

Art. 21 - São causas de extinção do contrato de concessão:

I - expiração do prazo;

II - rescisão judicial;

III - rescisão consensual;

IV - encampação ou resgate;

V - caducidade ou decadência, incluídas as hipóteses de paralisação da linha sem autorização e de descumprimento das disposições desta lei, do Plano de Transporte ou do contrato;

VI - falência da transportadora.

Art. 22 - A mesma ligação, pelo mesmo itinerário, não poderá ser explorada por transportadoras entre as quais existam vínculos de interdependência.

Parágrafo Único - Configurar-se-á interdependência quando:

I - uma das transportadoras, por si, qualquer de seus sócios ou acionistas, cônjuges ou dependentes destes, detiver o controle da outra;

II - a mesma pessoa exercer simultaneamente nas transportadoras, função de gestão, sob qualquer denominação do cargo.

Art. 23 - Decorrido o período de carência, previsto no artigo 20, serão admitidas as seguintes alterações na concessão:

I - fusão de linhas;

II - prolongamento de linha, em razão de transferência de um de seus terminais;

III - encurtamento de linha, em razão de transferência de um ou de ambos os terminais;

IV - mudança de itinerário;

V - inclusão e exclusão de pontos de seção.

§ 1º - A linha resultante da fusão, prolongamento ou encurtamento deverá atender aos critérios fixados no Plano de Transporte.

§ 2º - Na hipótese de fusão de linhas, serão rescindidos os respectivos contratos, lavrando-se um novo instrumento, cujo prazo de vencimento será idêntico ao do mais antigo dos contratos originários.

Art. 24 - Admitir-se-á a fusão de linhas quando:

I - forem operadas pela mesma transportadora;

II - não houver outra transportadora executando a linha resultante, mesmo como secção de linha;

III - não ocorrer prejuízo no atendimento aos mercados intermediários.

Art. 25 - Admitir-se-á o prolongamento de linha quando:

I - o local do novo terminal não reunir condições de mercado de transporte para implantação de linha, mas se constitua fonte secundária;

II - a distância entre o terminal original e o pretendido não ultrapassar de 20% (vinte por cento) o percurso inicial estabelecido no contrato;

III - o novo terminal não for servido diretamente por outra transportadora e desde que do prolongamento não resulte superposição de linha.

Art. 26 - Admitir-se-á o encurtamento de linha quando:

I - o local previsto como novo terminal for ponto de secção da linha originária;

II - o terminal original não ficar privado de atendimento;

III - não existir outra linha regular efetuando a mesma ligação resultante, pelo mesmo itinerário.

Art. 27 - A alteração do itinerário decorrente da entrega ao tráfego de nova estrada, trecho melhorado ou itinerário que possibilite atendimento mais confortável ou econômico ao usuário, possibilitará à transportadora que explorar os mercados dos terminais e mantidos os terminais anteriores, a critério do concedente e atendido o plano de transporte, a exploração de linha pelo novo itinerário, desde que:

I - obrigue-se a assegurar o atendimento às localidades intermediárias, por adaptação de linhas ou serviços existentes, ou até a implantação de novas linhas ou serviços;

II - desista expressamente, quando se tratar de linha sem seccionamento, do itinerário anterior;

III - não se estabeleça, com a alteração do itinerário, a exploração de mercados já servidos diretamente por outra transportadora.

Parágrafo Único - Não se dará mudança de itinerário da linha cujo objetivo principal seja servir mercado intermediário, quando os terminais já se encontrarem atendidos por itinerários que possibilitem serviços mais confortáveis ou econômicos aos usuários.

Art. 28 - Poderão ser incluídos pontos de secção em linha existente, desde que a demanda o justifique e as secções pretendidas não estejam situadas em trecho sob restrição contratual.

Parágrafo Único - Poderá ser cancelado

ponto de secção quando inexistir demanda ou ela vier a ser atendida por outra linha ou serviço.

Art. 29 - Independem de licitação:

I - os serviços complementares vinculados às concessões, até que se revelem como mercado autônomo;

II - as autorizações na forma do art. 14;

III - as regularizações de linhas que, por força de desmembramento de município, se transformem em intermunicipais;

IV - as transformações de linhas ou serviços rodoviários em linhas ou serviços metropolitanos;

V - os serviços de turismo e fretamento eventual ou contínuo.

CAPÍTULO V

DO REGISTRO DAS TRANSPORTADORAS

Art. 30 - A transportadora que executar os serviços será obrigatoriamente registrada junto ao concedente.

Parágrafo Único - Será fornecido à transportadora certificado contendo seu número de registro, o qual constará da parte externa dos veículos, em locais, cores e características determinadas pelo concedente.

Art. 31 - O requerimento de registro deverá estar acompanhado de:

I - instrumento constitutivo da empresa, arquivado em Junta Comercial, do qual conste como um dos fins sociais a exploração de serviços de transporte coletivo de passageiros;

II - comprovação de capital registrado de valor mínimo correspondente ao de 02 (dois) veículos tipo adotado na composição tarifária vigente;

III - comprovação de integralização mínima de 50% (cinquenta por cento) do capital registrado;

IV - documento de identidade e prova de regularidade quanto à legislação eleitoral e militar dos titulares, diretores ou sócios gerentes, conforme o caso;

V - declaração dos titulares, diretores ou sócios gerentes sob as penas da lei, de não terem sido definitivamente condenados a pena que vede, ainda que de modo temporário, o acesso a função ou cargos públicos;

VI - Prova de propriedade de no mínimo 02 (dois) veículos-tipo, exceto no caso de transportadoras de fretamento, a critério do concedente;

VII - prova de regularidade com as exigências da legislação fiscal, trabalhista e previdenciária;

VIII - outras provas exigidas por lei ou pelo concedente.

§ 1º - Qualquer alteração que modifi-

que o conteúdo do documento referido neste artigo deverá ser comunicada ao concedente em dez (10) dias.

§ 2º - Deverão ser renovados, anualmente, os documentos referidos nos incisos IV, V, VI e VII.

CAPÍTULO VI

DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 32 - Pela prestação do serviço, a transportadora receberá do usuário o preço individual da passagem, de acordo com a tarifa aprovada pelo concedente.

Art. 33 - Na composição do preço da passagem serão considerados os custos de operação, e manutenção, de administração, de vendas de passagens, os decorrentes da legislação tributária, a justa remuneração do investimento, a depreciação do imobilizado, inclusive o equipamento de reserva do exigido pelo concedente, o valor correspondente ao seguro de acidentes pessoais e a aplicação do coeficiente de utilização.

Art. 34 - O concedente poderá estabelecer plano-padrão de contabilidade para escrituração das transportadoras e modelos de impressos para registro.

§ 1º - A transportadora fornecerá ao concedente:

I - até 31 de julho de cada ano, o balanço e a conta de lucros e perdas do exercício anterior, na forma da lei;

II - os dados estatísticos e outros documentos solicitados pelo concedente;

III - os elementos contábeis indispensáveis ao cálculo tarifário.

§ 2º - Sempre que necessário, poderá o concedente efetuar o exame da escrituração da transportadora.

Art. 35 - A contraprestação prevista no art. 32 será feita mediante aquisição do bilhete de passagem, emitido em pelo menos duas vias, uma das quais pertencerá ao passageiro, contendo os dados da legislação do ICMS e os exigidos pelo concedente.

Parágrafo Único -- ouvida a Secretaria da Fazenda, poderá o concedente autorizar a emissão de passagens por processo eletrônico ou similar.

Art. 36 - É vedada a concessão de passagens de cortesia e o transporte de passageiros sem bilhete de passagem, exceto crianças até 6 (seis) anos de idade, que não ocupem assento.

Parágrafo Único - - Para o pessoal da transportadora sem função a bordo, a passagem poderá ser substituída por um documento de uso interno.

Art. 37 - A passagem emitida com data e hora marcadas perderá sua validade caso

não tenha sido utilizada para a viagem prevista; no caso da passagem sem data certa, será garantido o seu preço desde que utilizada em trinta dias da emissão.

Art. 38 - Antes do horário de partida a transportadora aceitará transferências ou desistências de viagens, observados os seguintes prazos:

I - 3 (três) horas, nas linhas com percurso inferior a 100 (cem) quilômetros;

II - 6 (seis) horas, nas linhas com percursos entre 100 (cem) e 500 (quinhentos) quilômetros;

III - 12 (doze) horas, nas linhas com percurso superior a 500 (quinhentos) quilômetros.

Parágrafo Único - No caso de desistência, o passageiro será reembolsado em 90% do preço da passagem.

Art. 39 - A venda de passagem será efetivada pela transportadora:

I - em suas próprias agências;

II - por intermédio de agências nos terminais;

III - por intermédio de agências de viagens cadastradas pelo concedente;

IV - no próprio veículo;

V - em locais autorizados pelo concedente.

Parágrafo Único - Nos casos previstos nos incisos II, III e V a transportadora poderá pagar comissão até um máximo de 10% do valor da passagem.

Art. 40 - A passagem será vendida pelo preço exato determinado pelo concedente, acrescido apenas das taxas cuja cobrança este autorizar.

Parágrafo Único - As taxas de embarque e de utilização de terminais, de uso de balsas ou "ferry-boats" e de pedágio deverão ser identificados nas tabelas de preços e nos bilhetes de passagem.

Art. 41 - À transportadora é facultado cobrar até 10% (dez por cento) do valor da passagem pelo excesso ao estabelecido no inciso VII do art. 60.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

SEÇÃO I

DO REGIME

Art. 42 - Os horários e as frequências de viagens ordinárias poderão ser alterados pelo concedente para atender as condições estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Quando a mesma ligação for explorada por mais de uma transportadora serão estabelecidos intervalos para evitar a sobreposição de horários.

§ 2º - Para atender a oscilação da demanda, e mediante comunicação ao concedente

te, a transportadora poderá executar viagens múltiplas nos horários das viagens ordinárias.

§ 3º - A transportadora poderá executar viagem de reforço parcial ou total, para atender a oscilação da demanda, desde que não exista outra empresa executando a mesma ligação.

Art. 43 - O concedente fixará o tempo de duração da viagem, de suas etapas e da duração das paradas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Salvo nas secções autorizadas, é proibida a parada para embarque e desembarque de passageiros ao longo do itinerário.

Art. 44 - O retardamento ou a interrupção da viagem, decorrentes de falha operacional, acidente do veículo ou outro motivo, ainda que de força maior, obrigará a transportadora a diligenciar meios para a efetivação da viagem, no prazo máximo de 2 (duas) horas, e a comunicar o fato ao concedente em 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º - A transportadora fica obrigada a procedimento previsto neste artigo nos casos de venda de mais de um bilhete de passagem para a mesma poltrona ou quando ocorrer retenção ou apreensão do veículo na forma desta lei.

§ 2º - Enquanto perdurar a interrupção ou retardamento da viagem por culpa da transportadora, esta deverá proporcionar, às suas expensas, alimentação e pousada aos passageiros.

§ 3º - Ocorrendo interrupção da viagem, para sua continuidade a transportadora deverá utilizar o mesmo veículo, ou outro de característica idêntica ou superior.

§ 4º - Na impossibilidade de atender o disposto no parágrafo anterior, a transportadora deverá ressarcir, o passageiro, ao término da viagem, da diferença do preço da passagem, qualquer que tenha sido o percurso desenvolvido anteriormente à interrupção.

Art. 45 - Na execução dos serviços não será admitido excesso de lotação, considerando-se lotado o veículo quando o número de passageiros for igual à capacidade prevista no certificado de inspeção.

§ 1º - Serão admitidos passageiros em pé até o limite de 30% (trinta por cento) da capacidade do veículo, em linhas e serviços rodoviários de percurso inferior a 150 (cento e cinquenta) quilômetros, cuja finalidade principal seja atender o mercado intermediário.

§ 2º - A critério do concedente, o limite de lotação poderá ser temporariamente alterado, considerando-se as peculiaridades do serviço, os períodos de excesso de demanda, ou em casos de prestação de socorro.

Art. 46 - Sem que impliquem reconhecimento de nova concessão serão admitidos os seguintes serviços complementares:

I - ramal, em período e horário determinado, para atender núcleo fora do itinerário normal, a critério do concedente, desde que não haja outra oferta de transporte coletivo pelo mesmo itinerário normal, a critério do concedente, desde que não haja outra oferta de transporte coletivo pelo mesmo itinerário;

II - viagem direta em linha regular, sem prejuízo da viagem ordinária;

III - viagem semi-direta, em linha regular, sem prejuízo da viagem ordinária;

IV - serviços especiais, com utilização de veículos tipo ônibus executivo, ônibus leito e supletivo;

V - viagem parcial, cobrindo parte do seccionamento para os casos de maior demanda, desde que não exista linha regular executando a ligação resultante;

VI - conexão de linhas, serviços e horários da mesma transportadora, não havendo linha servindo a ligação resultante, pelo mesmo itinerário;

VII - de categoria superior, sem prejuízo da viagem regular.

§ 1º - Definido o aproveitamento médio tarifário, os serviços de mercado autônomo serão objeto de licitação.

§ 2º - No serviço em ramal, poderá ser autorizada a operação de ponto de secção.

SEÇÃO II

DAS LINHAS METROPOLITANAS

Art. 47 - As linhas e serviços com característica metropolitana poderão ser prolongadas nas seguintes condições:

I - não haja linha metropolitana de outra transportadora ligando os terminais pretendidos, pelo mesmo itinerário;

II - seja mantido o atendimento original da linha.

Art. 48 - Nas linhas e serviços metropolitanos será gratuito o transporte dos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos.

SEÇÃO III

DOS TERMINAIS, PONTOS DE PARADA E DE APOIO RODOVIÁRIO

Art. 49 - Os pontos terminais e de parada somente serão utilizados pelas transportadoras após devidamente homologados pelo concedente.

Art. 50 - Para segurança e normalidade das viagens, a transportadora disporá de serviços de manutenção e socorro, próprios ou contratados.

Art. 51 - A execução de serviços autônomos de apoio rodoviário dependerá de aprovação prévia do concedente.

Art. 52 - A aprovação de empresa de apoio rodoviário dar-se-á para registro e fiscalização de suas atividades, e não estabelecerá relação contratual com o concedente, que poderá revogá-la a qualquer tempo.

Art. 53 - A exploração de propaganda nos veículos e nos pontos terminais de parada ou de secção, ressalvadas as informações sobre serviços autorizados e outros de interesse público, dependerá de autorização do concedente.

SEÇÃO IV

DO PESSOAL DAS TRANSPORTADORAS

Art. 54 - No atendimento ao público o pessoal da transportadora deverá:

I - conduzir-se com atenção, urbanidade e compostura;

II - Apresentar-se corretamente uniformizado e identificado;

III - estar qualificado para prestar informações sobre as rodovias percorridas e os serviços prestados.

Art. 55 - O concedente poderá exigir o afastamento de preposto ou empregado da transportadora que, em procedimento administrativo, seja responsabilizado por violação de dever previsto nesta lei ou que tenha sofrido condenação criminal.

Parágrafo Único - A transportadora, em caráter preventivo, afastará das funções o preposto ou empregado, enquanto tramitar o procedimento administrativo.

SEÇÃO V

DOS VEÍCULOS

Art. 56 - Serão utilizados no serviço, veículos tipo ônibus, com características e especificações técnicas fixadas pelo concedente, dentre as quais as seguintes:

a) não serão admitidos veículos com mais de 15 (quinze) anos de fabricação;

b) o número de veículos com mais de 10 (dez) anos de fabricação não poderá exceder de 20% (vinte por cento) da frota operante da transportadora no sistema estadual;

c) a idade média da frota utilizada pela transportadora em execução de contratos no sistema estadual não poderá ser superior a 7 (sete) anos;

d) não será autorizada a utilização de veículo com poltronas fixas nos percursos superiores a 150 (cento e cinquenta) quilômetros.

Art. 57 - A cada doze meses, contados da data de realização do registro e vistoria previstos no § 1º do art. 18, a transportadora deverá exibir ao concedente laudo de vistoria, firmado por responsável técnico, quanto às condições de segurança

e conforto de seus veículos face as exigências legais e regulamentares.

Parágrafo Único - Ressalva-se ao concedente, a seu critério e a qualquer tempo vistoriar os veículos.

Art. 58 - A fiscalização do concedente determinará, nos terminais, pontos de apoio e pontos de parada, a limpeza, o reparo ou substituição do veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento, de segurança ou que esteja em desacordo com a Norma de Carrocerias.

Art. 59 - A transportadora deverá manter uma frota reserva correspondente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) da frota operante no sistema estadual.

SEÇÃO VI

DOS DIREITOS E DEVERES DO USUÁRIO

Art. 60 - São direitos do usuário do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros:

I - ser transportado em condições de segurança, higiene e conforto durante toda a viagem;

II - ter garantido seu lugar no ônibus, nas condições constantes do bilhete de passagem;

III - ser atendido com urbanidade pelos prepostos ou empregados da transportadora e pelos agentes e servidores do concedente;

IV - ser auxiliado no embarque e desembarque pelos prepostos ou empregados da transportadora, quando se tratar de pessoa idosa, enferma, com dificuldade de locomoção, inválido ou criança;

V - ter informações sobre as características do serviço, como tempo de viagem, localidades atendidas e outras pertinentes ao serviço e ao transporte;

VI - dirigir-se aos agentes ou servidores do concedente para obter informações, apresentar sugestões e reclamações quanto ao serviço;

VII - transporte gratuito de volumes no bagageiro, desde que não excedam 30 (trinta) quilogramas observado o disposto no art. 41;

VIII - transporte gratuito de um volume que se adapte ao porta-embrulhos interno;

IX - receber o comprovante dos volumes transportados no bagageiro;

X - seguro para cobertura de danos pessoais decorrentes de acidente;

XI - ser indenizado pelo extravio ou danificação de volumes transportados no bagageiro, até o limite de 50 (cinquenta) UPFPR, dentro de 48 (quarenta e oito) horas;

XII - ter à sua disposição, no início da viagem, seguro facultativo que cubra, mediante o pagamento do respectivo prêmio, o valor excedente estabelecido no inciso anterior;

XIII - receber, por conta da transportadora e enquanto perdurar a situação, alimentação e pousada, em caso de interrupção ou retardamento por culpa da transportadora;

XIV - prosseguir viagem, no caso de interrupção ou retardamento, no mesmo veículo ou em outro de característica igual ou superior ao daquele inicialmente utilizado;

XV - receber, ao término da viagem, a diferença do preço da passagem quando não atendido o inciso anterior;

XVI - receber, em caso de acidente, imediata e adequada assistência da transportadora;

XVII - transportar, sem pagamento de passagem, crianças até 6 (seis) anos de idade, desde que não ocupem assentos;

XVIII - transferir a passagem ou receber a importância paga no caso de desistência da viagem, na forma desta lei.

Art. 61 - Ao usuário será recusado embarque ou determinado o desembarque quando:

I - não se identificar, quando necessário;

II - em estado de embriaguez;

III - portador de moléstia contagiosa;

IV - portar arma de fogo, sem a devida autorização legal;

V - trazer consigo produtos ou substâncias que representem perigo;

VI - pretender embarcar com animais não devidamente acondicionados ou em desacordo com legislação pertinente;

VII - pretender embarcar com objetos de dimensões e acondicionamentos incompatíveis;

VIII - comprometer a segurança, o conforto e a tranquilidade dos demais passageiros, ou atentar contra a moralidade pública;

IX - desrespeitar proibição de fumar.

CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 62 - As infrações aos preceitos desta lei sujeitarão o infrator às seguintes penalidades:

I - multa;

II - retenção do veículo;

III - apreensão do veículo;

IV - cassação da concessão.

Art. 63 - Quando de um mesmo fato resultarem duas ou mais infrações, as penalidades correspondentes serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo Único - A aplicação de qualquer dessas penalidades não exclui o infrator do dever de corrigir a falta que deu origem à punição.

SEÇÃO II DA MULTA

Art. 64 - As multas serão aplicadas com a seguinte graduação:

I - 2 (duas) vezes a UPFPR, nos casos de:

a) utilizar o terminal rodoviário e pontos de parada sem homologação do concedente;

b) utilizar apoio rodoviário autônomo sem anuência do concedente;

c) prestar apoio rodoviário autônomo sem registro no concedente;

d) não cumprir as determinações previstas nos artigos 54 e 55;

e) recusar ao usuário a prestação de informações sobre a execução dos serviços;

f) não cumprir os horários determinados pelo concedente para pontos de passagem e para chegada de viagem.

II - 5 (cinco) vezes a UPFPR, nos casos de:

a) não cumprir o horário determinado pelo concedente para o início da viagem;

b) não observar o tempo de duração da viagem e de suas etapas, bem como da duração das paradas;

c) não observar qualquer dos prazos estipulados no art. 44;

d) transportar passageiros em número superior à lotação autorizada;

e) transportar passageiros com infração ao artigo 61;

f) utilizar veículo sem inspeção periódica;

g) utilizar veículo com defeito ou com falta de equipamento obrigatório;

h) não cumprir o estipulado no artigo 57;

i) não cumprir as disposições da Norma das Carrocerias;

j) utilizar veículo de outra empresa, sem autorização do concedente, salvo em caso de força maior;

k) utilizar veículo que não apresente condições de higiene, de funcionamento ou de segurança;

l) não cumprir o disposto no artigo 59;

m) não cumprir o disposto no artigo 34, § 1º, no prazo fixado por esta lei ou pelo concedente, conforme o caso;

n) impossibilitar ou dificultar a

utilização do livro de reclamações ou sugestões;

o) transportar bagagem ou encomendas em lugar impróprio ou em condições inadequadas;

p) transportar animais, plantas, aves ou produtos que comprometam a segurança ou o conforto dos passageiros;

q) utilizar, em publicidade, artifícios que induzam o público em erro sobre as verdadeiras características do serviço;

r) deixar de afixar o certificado de concessão, a tabela de horários e a tabela de preços nos veículos, nas agências, nos pontos de parada e nos terminais rodoviários;

s) recusar embarque ou desembarque de passageiros, nos pontos estabelecidos, sem motivo justificado;

t) pagar comissão por venda de passagem acima do estabelecido nesta lei.

III - 7 (sete) UPFPR, nos casos de:

a) deixar de proceder ao registro no concedente;

b) deixar de cumprir, sem motivo justificado, o prazo para o pagamento de indenização por extravio ou danificação de bagagem; renovando-se a cominação a cada 48 (quarenta e oito) horas;

c) recusar a revalidação de passagem ou a desistência da viagem, quando obedecidos os prazos do art. 38;

d) deixar de prestar, injustificadamente, assistência aos passageiros no caso de acidente ou avaria do veículo;

e) transportar passageiro sem a emissão do respectivo bilhete de passagem;

f) recusar ou dificultar o transporte de fiscais do concedente, quando em serviço;

g) desobedecer, resistir ou opor-se à ação fiscalizadora do concedente;

h) deixar de executar viagem constante da tabela de horários;

i) executar viagem não constante da tabela de horários;

j) executar viagem múltipla ou de reforço em desacordo com esta lei e com as normas regulamentares do concedente.

IV - 10 (dez) UPFPR, nos casos de:

a) executar linha, explorar seção ou operar serviço em desacordo com a delegação ou autorização do concedente;

b) executar fusão, prolongamento, encurtamento ou alteração do itinerário, sem autorização do concedente;

c) cobrar dos passageiros importância diversa da estabelecida pelo concedente;

d) vender mais de uma passagem para a mesma poltrona na mesma viagem;

e) manter em serviço veículo cuja retirada de tráfego tenha sido determinada pelo concedente;

f) usar documentos oficiais adulterados;

g) paralisar, parcial ou totalmente, os serviços, sem anuência do concedente, sem prejuízo do disposto no artigo 67, I;

h) não cumprir o compromisso previsto no inciso IV do artigo 18;

i) explorar publicidade nos veículos, nos pontos terminais, nas agências e nos pontos de parada, em desacordo com esta lei;

j) recusar venda de passagem, sem motivo justificado;

k) violar os lacres de catracas;

l) transportar encomendas em detrimento do transporte de bagagens dos passageiros.

§ 1º - As multas serão aplicadas em dobro, quando, no período de 12 (doze) meses, houver reincidência na infração do disposto na mesma alínea dos incisos I a IV, na execução da mesma linha ou serviço complementar.

§ 2º - Em caso de multi-reincidência, o valor da multa será progressivamente duplicado.

SEÇÃO III

DA RETENÇÃO DO VEÍCULO

Art. 65 - A penalidade de retenção do veículo será aplicada cumulativamente à pena de multa se da infração resultar ameaça à segurança dos usuários, e quando constata o seguinte:

I - ausência ou adulteração do documento de vistoria do veículo;

II - falta de condições de limpeza e conforto;

III - transporte de encomendas no espaço reservado aos passageiros;

IV - inobservância do regime de trabalho e descanso do motorista;

V - estar o motorista em estado de embriaguez pelo álcool ou substância análoga;

VI - inexistência de tacógrafo, quando exigido, ou estiver adulterado ou desprovido do disco-diagrama;

VII - veículo não correspondente à tarifa cobrada;

VIII - viagem de fretamento ou turismo sem autorização do concedente.

SEÇÃO IV

DA APRESENTAÇÃO DO VEÍCULO

Art. 66 - Cumulativamente à de multa, será aplicada a pena de apresentação de veículo quando o serviço for executado em desacordo com o contrato de concessão, ou com a autorização de fretamento.

Parágrafo Único - A apresentação do veículo não poderá perdurar por mais de 48

(quarenta e oito) horas.

SEÇÃO V DA CASSAÇÃO DA CONCESSÃO

Art. 67 - A penalidade de cassação da concessão será aplicada nos casos de:

I - paralisação total da linha durante 5 (cinco) dias seguidos, ou não execução da metade do número dos horários ordinários durante 30 (trinta) dias consecutivos, salvo motivo de força maior;

II - ser constatada, dentro do ano civil, na linha ou nos serviços complementares:

a) a aplicação de 04 (quatro) multas pela infração do disposto na mesma alínea dentre as previstas nos incisos III e IV do art. 64, e na execução da mesma linha ou serviço complementar;

b) a aplicação de 12 (doze) multas pela infração dos incisos III ou IV do art. 64, na execução da mesma linha ou serviço complementar, quando não incidente a alínea anterior;

c) a aplicação de 24 (vinte e quatro) multas pela infração dos incisos I ou II do art. 64, na execução da mesma linha ou serviço complementar.

III - superveniência de incapacidade técnico-operacional ou econômico-financeira da transportadora;

IV - falência da transportadora;

V - alteração na estrutura jurídica da concessionária sem anuência do concedente;

VI - infração do artigo 10 e parágrafos;

VII - permanência no cargo, de diretor ou sócio-gerente da transportadora depois de condenado pela prática de crimes contra a administração pública, a economia popular ou a fé pública;

VIII - condenação do titular de empresa individual nas hipóteses previstas no inciso anterior.

Parágrafo Único - A aplicação da pena de cassação de concessão inabilita a transportadora de participar de licitações junto ao concedente por um período de 36 (trinta e seis) meses.

SEÇÃO VI DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Art. 68 - A aplicação de multa terá início com lavratura de auto de infração, que conterá:

I - nome ou número da transportadora;

II - identificação da linha, número de registro e placa do veículo;

III - local, data e hora da infração;

IV - identificação do infrator;

V - infração cometida e dispositivo

legal violado;

VI - assinatura do autuante e seu enquadramento funcional junto ao concedente.

§ 1º - O auto de infração será extraído em 03 (três) vias, com entrega de cópia ao infrator no ato da lavratura e intimação pelo Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Após lavrado, o auto de infração não poderá ser inutilizado nem ter sustada a tramitação, devendo ser encaminhado ao órgão competente para a imposição da penalidade, ainda que constatados erros na qualificação do fato ou no preenchimento, hipóteses em que o agente da fiscalização deverá acrescentar as informações necessárias à correção ou anulação.

Art. 69 - O auto de infração será registrado pelo concedente, assegurando-se direito de defesa, que poderá ser exercido em 15 (quinze) dias contados da intimação nos termos do § 1º, parte final, do artigo anterior.

Art. 70 - A multa deverá ser recolhida ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER em 30 (trinta) dias, contados:

I - da notificação para pagamento, quando não interposto recurso;

II - da notificação da decisão que rejeitou recurso interposto.

Art. 71 - A retenção de veículo obedecerá às prescrições desta lei e será aplicada pelos agentes da fiscalização do concedente, assegurando-se a continuidade da viagem desde que o infrator sane a irregularidade ou substitua o veículo.

Art. 72 - A pena de cassação de concessão será aplicada pelo concedente, assegurada à transportadora ampla defesa em procedimento administrativo, em que será observado o seguinte:

I - o concedente constituirá comissão processante composta por três servidores do Departamento de Estradas de Rodagem, sendo dois engenheiros e um advogado, sob a presidência do último, com atribuições para amplamente apurar os fatos;

II - a comissão notificará a transportadora para em 30 (trinta) dias apresentar defesa e indicar as provas que pretende produzir;

III - ultimada a instrução, a comissão deverá elaborar relatório conclusivo, indicando as medidas ou penalidades eventualmente cabíveis e remeterá os autos ao concedente para a decisão.

SEÇÃO VII DOS RECURSOS

Art. 73 - Das decisões do concedente que impuserem as penalidades previstas nesta lei cabe recurso ao Secretário de Estado dos Transportes.

Art. 74 - O recurso será interposto no prazo de 15 (quinze) dias da data de ciência ou intimação da decisão, e com seu julgamento, que deverá ocorrer em 30 (trinta) dias, considerando-se esgotada a via administrativa.

CAPÍTULO IX DA FISCALIZAÇÃO

Art. 75 - A fiscalização dos serviços será exercida pelo concedente, através de servidores ou através de credenciados.

Parágrafo Único - O transporte do agente de fiscalização será gratuito.

Art. 76 - Em suas agências e pontos terminais a transportadora manterá livro próprio, rubricado pela fiscalização, à disposição dos usuários para reclamações ou sugestões.

CAPÍTULO X DOS SERVIÇOS DE FRETAMENTO OU TURISMO

Art. 77 - Entende-se por serviço de fretamento ou turismo aquele que se destinar ao transporte de pessoas, sem cobrança individual de passagem e sem caráter de linha regular.

Art. 78 - Para execução dos serviços de fretamento ou turismo, a transportadora deverá adequar-se às exigências desta lei, no que couber e a critério do concedente.

Art. 79 - Na execução dos serviços de fretamento ou turismo, não poderá ser cobrado preço inferior ao correspondente à somatória dos preços individuais de passagens do serviço de transporte coletivo cobrados para igual percurso, dos quais, a critério do concedente, serão abatidos os componentes tarifários que não incidirem no fretamento.

Art. 80 - O concedente autorizará a execução do serviço de fretamento ou turismo quando exigido o contrato de prestação desse serviço e atendidas as exigências legais, e desde que dela não resulte concorrência a linha ou serviço regulares.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81 - O concedente poderá requisitar bens e serviços de transportadoras, que serão indenizadas na forma estipulada para a remuneração dos serviços de que

trata esta lei.

Art. 82 - Na publicidade das transportadoras é vedado o uso de artifícios que induzam o público em erro quanto às reais características do serviço.

Art. 83 - As concessões, em execução, cujos prazos estiverem vencidos na data da publicação desta lei, serão licitadas em 90 (noventa) dias, improrrogáveis.

Parágrafo Único - No mesmo prazo de 90 (noventa) dias serão licitadas as concessões vincendas às quais, pela iminência da expiração do prazo, não se possa aplicar a norma do artigo 12, § 1º.

Art. 84 - Quando solicitado, o concedente prestará assistência técnica aos municípios para racionalização do transporte coletivo no âmbito local, eliminação de conflitos entre linhas estaduais e municipais, e construção ou adaptação de terminais rodoviários.

Art. 85 - No prazo de 30 (trinta) dias, o Poder Executivo baixará decreto regulamentando esta lei, e, no mesmo prazo, definirá o Plano de Transportes.

Art. 86 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio: Albino Corazza, Domingos Carvalho, Heinz Herwig e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A reapresentação deste projeto visa, sobretudo, por meio de lei complementar, adequar o art. 146 da Constituição Estadual conjugado à Constituição Federal do Brasil, à nova realidade do transporte coletivo intermunicipal, visando sobremaneira o público usuário, cujo interesse não pode ser relegado a segundo plano.

O plano de lei ora apresentado, substancia um amplo estudo realizado por técnicos da Secretaria de Estado dos Transportes em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado que resultou, aliás, na afirmação do Procurador Geral do Estado naquela ocasião, tratar-se, com segurança, do texto mais completo do país, fazendo o transporte coletivo intermunicipal repousar, em direitos e deveres, sobre o tripé Estado-transportadora-usuário, tratando do tema com extrema transparência.

Dada a relevância da matéria e principalmente pelo transporte coletivo ser objeto de fundamental interesse da população, esperamos contar com o apoio dos

demais ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ovídio Constantino, inscrito.

Declina.

Consulto o Deputado Rosinha, se fará uso da palavra. Com a palavra, Doutor Rosinha (Florisvaldo Fier).

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Nós temos acompanhado pela imprensa a greve dos trabalhadores da PETROBRÁS, e já hoje no seu nono dia, e até o momento a PETROBRÁS a nível nacional, não tem recebido o comando geral dos trabalhadores para negociar.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que a PETROBRÁS é patrimônio público construído com o dinheiro do erário público, portanto é um patrimônio inviolável para a sociedade brasileira.

A PETROBRÁS é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do nosso País, uma vez que é a única estatal do setor energético no campo de refino, de prospecção de petróleo e de pesquisa.

Nós entendemos que essa posição de Eduardo Teixeira, Presidente da PETROBRÁS; de Ozires Silva, Ministro; e do Presidente Collor de Mello, de não receber os trabalhadores da PETROBRÁS para negociação, é mais uma tática desses Senhores que ocupam o Governo Central, a fim de sucatear aquela estatal. Porque entendemos dessa maneira. Porque Fernando Collor de Mello, como Presidente da República e todos os seus Ministros, têm trabalhado para o descrédito de todas as estatais e fazê-la levar ao descrédito público e levar sua destruição, e nada como fazer exclusivamente sucateamento delas.

A greve é um direito adquirido na Constituição e a greve desses trabalhadores é única e exclusivamente para repor perdas de salários e em defesa do patrimônio público.

Em nenhum momento esses trabalhadores entraram em greve a fim de exigir, aquilo que é impossível para o Governo Federal, simplesmente, defendem o patrimônio público, defendem as estatais e reivindicam o direito da subsistência, o direito de perceber e garantir as perdas salariais que o Plano Collor I e o Plano Collor II têm imposto ao nosso País.

Diz o Presidente da PETROBRÁS que em defesa da coletividade ele iria manter o

racionamento que já vinha sendo feito, a respeito da Guerra do Golfo Pérsico.

Nós entendemos que não há defesa de interesses de coletividade nenhuma neste racionamento, uma vez que o próprio momento em que foi feito, a única coisa que fez foi aumentar a exploração da classe trabalhadora, reduzindo de treze para dez quilos o gás de cozinha.

Portanto, este racionamento é única e exclusivamente para dizer que se vier a faltar gás, os prováveis culpados são os trabalhadores da PETROBRÁS. Se existe algum culpado nisto, é o Governo Federal, porque ontem, ao convidar os trabalhadores da PETROBRÁS para negociação, estava o comando dos trabalhadores no Rio de Janeiro, esperando o momento da negociação, quando a direção da PETROBRÁS, em menos de dois minutos, dispensou estes trabalhadores e não os recebeu.

Se há interesse de defesa da coletividade, nós temos certeza que a Presidência da PETROBRÁS receberia. Mas, a Presidência da PETROBRÁS não está interessada em defender a coletividade. Ela está interessada em sucatear a PETROBRÁS, para privatizá-la. Ela está interessada em que a sociedade chegue ao desespero, achando que vai faltar energia e assim, se coloque contra estes trabalhadores.

Por isto, nós achamos importante fazer, aqui, a defesa dos trabalhadores da PETROBRÁS e a defesa da estatal PETROBRÁS, porque este sim, defende o interesse da coletividade. E não o Presidente Collor, através do PC I, PC II, que são os planos impostos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

É a primeira vez que ocupo esta tribuna. É a primeira vez, também, que inicio um cargo legislativo. Por isso só, é um grande desafio esta nova experiência que estamos assumindo.

Considero que quem ocupa um cargo público tem um grande desafio, que é o de lutar pelo bem comum. Não deixa de ser um empregado do povo. E nesse sentido, nós estamos aqui pela primeira vez, ocupando esta tribuna, para iniciar a cumprir um compromisso que temos assumido em campanha.

Entre os compromissos, o compromisso que considero da maior importância é a defesa do municipalismo. Não só pelo fato de ter exercido o cargo de Prefeito no município de Toledo, durante seis anos. Mas, pelo desafio que foi de encontrar soluções alternativas, com a participação do povo. E a nossa alegria é muito grande, ao saber

que este Poder Legislativo, nesta Legislação, é composto por quase um terço de ex-prefeitos municipais. Vários ex-prefeitos, vários ex-vereadores; e se não me falha a memória, cinco atuais vice-prefeitos.

Anima-nos saber que tantos colegas Deputados já sentiram na carne o que é exercer o poder público, junto com a população. E é por isso que nós queremos, como primeiro assunto de nosso cargo, como Deputado Estadual, trazer a todos os colegas, uma iniciativa de fortalecer o município do Paraná. Por que fortalecer o município? Porque é no município que o homem mora, é no município que o cidadão pode lutar e reivindicar os seus direitos, pois o Poder está mais próximo.

É no município que o cidadão tem o direito de ter o trabalho, de ter a educação de ter a saúde, de ter a habitação, de ter a alimentação, a segurança e o lazer.

Quando o cidadão sente qualquer dificuldade é na porta da Prefeitura, é na porta do Prefeito, é na casa do Vereador que ele bate e espera a solução de seu problema.

Nós sabemos que se os municípios brasileiros tivessem mais autonomia, tivessem mais recursos, os problemas brasileiros se resolveriam de uma maneira mais econômica e com uma eficiência mais objetiva.

Quando o cidadão tem um problema ele não vem a Curitiba ou vai à Brasília, é no Poder local que ele quer a solução, e, quando nós vemos os Prefeitos ficando quase 50% do seu tempo, ao invés de administrar os seus municípios têm que percorrer gabinetes, na capital do Estado ou na Capital da República. E quando não encontram a solução vem o descrédito, na política, no político, que ocupa um cargo e não traz solução para a sua comunidade.

E é com muita satisfação que essa luta municipalista está hoje sendo registrada pelo editorial da Folha de Londrina.

Faz um histórico de toda a luta municipalista no País, e em apenas um momento, no Governo Castelo Branco, é que os municípios tiveram mais recurso, mais autonomia e puderam atender às suas comunidades. Quero registrar, desta tribuna, uma pequena parte do editorial da "Folha de Londrina".

"A participação de lideranças do Paraná nas lutas municipalistas nacionais, tem sido marcante.

Muitas das conquistas municipais surgiram ou se concretizaram através de um trabalho dos paranaenses. Um trabalho que objetiva conquistar a autonomia municipal através de uma, cada vez mais, correta distribuição de recursos tributários, sem paternalismo, sem mandonismos políticos, sem manipulações eleitoreiras.

É o verdadeiro municipalismo que deve ser fortalecido para que este País encontre a solução de seus problemas sociais e possa ter um futuro melhor para o povo brasileiro".

Nós sabemos das marchas a Brasília pela Reforma Tributária, conseguiu-se grandes avanços. A Constituição de 88, trouxe significativos avanços aos municípios. As novas Leis Orgânicas Municipais, pela primeira vez aprovadas e discutidas pelas Câmaras Municipais, com a participação das entidades sociais.

Mas muito há ainda a avançar! Nós sabemos que os países desenvolvidos têm nos municípios fortalecidos toda a condição para atender às populações.

Conheço especialmente a Alemanha. Tive a oportunidade, em 87 de fazer um curso de administração pública, na Alemanha, e é impressionante, todo o recurso que o município precisa fica no Município! E toda autonomia que não fere a Constituição Federal, os Municípios a conseguem.

Numa outra oportunidade, a convite da Federação das Cidades Unidas, com sede na França, participamos de um congresso internacional de municípios, onde pudemos conhecer como o município é forte nos países desenvolvidos.

Nós somos até, às vezes, radicais, porque é no município que o recurso público é melhor aplicado e a solução mais barata!

Entendo até que a nossa Constituição Federal devia trazer, no seu primeiro artigo, um princípio que dissesse o seguinte:

"Tudo aquilo que o Estado puder fazer a União não deve fazer".

E na nossa Constituição Estadual:

"Que o Estado não faça aquilo que o Município pode fazer".

A intenção é descentralizar os recursos para que as soluções sejam mais rápidas, eficientes e a população acredite no político que ocupa um cargo público.

Por isso, Senhores Deputados, estamos aqui para sair do discurso e partir para a prática, nós entendemos que nós, Deputados Estaduais, temos uma função muito importante que poderá fortalecer os nossos municípios do Paraná; a luta deve ser coletiva, suprapartidária e as experiências de todos os colegas que já exerceram um cargo de Prefeito Municipal, tenho certeza que muito nos ajudará a resolver os problemas e encaminhar soluções. Só assim iremos valorizar o Legislativo, a nossa Assembléia Legislativa, que poderá se transformar num fórum de debates permanentes dos problemas municipais e das soluções práticas que o povo espera.

A nossa Constituição Federal traz no

seu artigo 23 o seguinte:

É competência comum da União dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios". Traz doze itens de obrigações comuns da União do Estado e do Município. Eu quero apenas me reportar ao item 9º e ao item 10 porque são dois assuntos que inclusive já foram discutidos neste Plenário.

Eu quero comunicar que, com anuência do Líder do PDT, vou ocupar o espaço da Liderança do nosso Partido.

O item 9º da Constituição Federal nos diz o seguinte: "É obrigação da União do Estado e do Município promover programas de construções e moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico".

Um assunto que já veio a esta tribuna nessa semana pelo colega, Deputado Rafael Greca, apresentando uma proposta do Prefeito Jaime Lerner, de Curitiba.

Em cima deste assunto, nós queremos registrar o editorial da Gazeta do Povo do dia de ontem, com o título "Casa Própria e Inchaço Urbano", no seu final diz o seguinte:

"Não basta limitar a construção de moradia popular em Curitiba a um sétimo das ofertadas no interior do Paraná.

É preciso que os programas habitacionais e outros benefícios de ação Governamental sejam colocados à disposição das comunidades rurais, onde o ser humano deve ser apoiado para evitar a sensação de exclusão social e que em última análise force o êxodo para as cidades grandes".

Nós temos certeza de que o programa das habitações, que consta na nossa Constituição Federal e repete na Constituição Estadual, é uma obrigação coletiva dos Municípios, Estados e da União; e nós como Deputados dessa Assembléia, temos um compromisso de tentar pôr na prática esses programas que envolvam os Três Poderes.

Também no item 10 diz o seguinte:

"Combater as causas da pobreza e os fatores da marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos".

É um assunto que a nossa imprensa no dia a dia também levanta, e nós sabemos da oportuna iniciativa, mais uma vez da Gazeta do Povo, pela Liderança do Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, que lança a campanha "Ano 2000 sem miséria".

Nós temos certeza que essa Campanha da Gazeta é um compromisso do Estado, da União e do Município, e nós que estamos aqui para legislar temos que encontrar soluções para que os problemas sociais se resolvam.

É no Parágrafo Único, do Artigo 23 da Constituição Federal que diz o seguinte:

"Lei Complementar fixará normas para a cooperação entre a União, os Estados, o

Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito Nacional".

Essa Lei Complementar, nós não conhecemos se já está sendo discutida pelo Congresso Nacional, o que nós queremos dizer é que nós devemos antes aguardar essa Lei Complementar, começar a discutir este artigo da Constituição, que espera o encaminhamento onde o Estado, o Município e a União possam participar na solução dos problemas que o povo está sofrendo no momento. Nós temos certeza, Senhores Deputados que o municipalismo seria fortalecido e encontraria soluções se nós tivéssemos aqui na Assembléia um bloco parlamentar municipalista, já que temos tantos Deputados ex-Prefeitos, e já tiveram essa experiência. Eu estou hoje entrando com um requerimento pedindo apoio dos nobres colegas para esse bloco parlamentar municipalista onde os Deputados que quisessem assumir esta bandeira suprapartidariamente assim como funciona também o bloco parlamentar agropecuário que já trouxe tantos resultados ao povo do Paraná. Nós temos certeza que esse bloco uma vez formado daria oportunidade para discutirmos juntos com a Associação dos Municípios do Paraná, com as associações microrregionais, com a Associação dos Vereadores, com a Associação dos vice-Prefeitos, e aprovarmos e discutirmos as leis complementares que esperam e que tratam a solução dos problemas que os municípios estão sofrendo, quero ainda citar o artigo 60 da nossa Constituição Federal que diz o seguinte: "Nos dez primeiros anos da promulgação da Constituição o Poder Público desenvolverá esforços com a mobilização de todos os setores localizados da sociedade e com a aplicação de pelo menos 50% dos recursos a que se refere o artigo 212 da Constituição para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. Nós estamos já há dois anos depois da aprovação desta Constituição e nós não temos conhecimento de que esse trabalho para acabar com o analfabetismo tenha iniciado.

Nós queremos com esse bloco parlamentar municipalista dar oportunidade a todos os nossos Prefeitos, com a experiência dos deputados que já foram Prefeitos encontrar soluções comuns para que o povo possa acreditar no homem público que tem compromisso de resolver e atender a população.

Concedo aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Antônio Toti Colaço - Agradeço o aparte do ilustre Parlamentar, e queria neste instante cumprimentá-lo pelo seu brilhante pronunciamento, principalmente no que diz respeito ao bloco parlamentar municipalista. Eu como ex-Prefeito do mu-

nício de Irati quero adiantar ao ilustre Deputado que estou de pleno acordo e quero me incluir como um membro a mais desse bloco em defesa do municipalismo nosso, principalmente aqui no Estado do Paraná.

O SR. ALBINO CORAZZA - Agradeço o nobre colega, seu aparte, que também já foi Prefeito, e que já sentiu que há solução neste País, uma vez que os recursos públicos sejam aplicados e as decisões políticas sejam tomadas próximas da população.

Concedo aparte ao Líder do nosso Partido, nobre Deputado Geraldo Cartário.

O Sr. Geraldo Cartário - Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo seu pronunciamento e gostaria de pedir que se inscrevesse no Grande Expediente no decorrer da semana que vem para que outros ex-Prefeitos aqui presentes possam também engrandecer seu pronunciamento.

O SR. ALBINO CORAZZA - Agradeço, e nós sabemos que todos os Deputados, independentes de ex-Prefeitos ou não, têm a sua experiência, a sua sugestão, mas aqueles que tiveram esse privilégio, esta ocasião de administrar municípios sabem que os municípios têm soluções mais práticas, eficientes e econômicas.

Quero encerrar o meu pronunciamento agradecendo e dizendo a todos que o Paraná é viável, o Brasil é viável, mas será muito mais rapidamente viável se nós fortalecermos os municípios e recuperarmos a credibilidade do homem público. Tenho certeza que esse bloco parlamentar municipalista engrandecerá esta Assembléia e dará oportunidade para que os Prefeitos, os vereadores, os que ocupam cargos públicos nos municípios tenham respaldo, apoio que precisam para resolver seus problemas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós estamos encaminhando a esta Casa, requerimento para ser submetido a Plenário, com relação à denúncia que fizemos na semana sobre o caso da violência praticada em Ivaiporã, como também recurso à CCJ quanto à decisão tomada com relação à representação do PSD, e, quero neste momento aqui frisar que nós estamos encaminhando a esta Casa, para aprovação deste Plenário, requerimento no sentido de que faça justiça à entidade FAMOPAR, que é a Federação de Associações de Moradores do Paraná, visto que na semana passada, ou melhor nesta semana, ou no transcurso desta semana, nós aprovamos neste Parlamento,

por conta deste parlamento, e nós achamos até justo que se faça isto, porque em Brasília estará tomando posse na OCP, um cidadão paranaense representante do Legislativo, as despesas destes parlamentares e, vendo a sensibilidade deste nobre Parlamento, com relação a este caso, nós estamos também encaminhando a esta Casa, nós estamos encaminhando a este Parlamento requerimento, no sentido de que se aprove aqui também uma verba para o custeio de despesas à comitiva de moradores de bairro do Paraná.

Por que isso? Porque nós sabemos que o Brasil inteiro estará representado em Brasília, na defesa dos interesses mínimos, interesses mínimos sociais do trabalhador deste País. E neste momento nós estamos vendo que mais de dez milhões de crianças sofrem mais uma vez o descaso também por parte do Governo Federal, com a retirada do programa de leite. Nós achamos que isto aí tem que sensibilizar também o Paraná. O Paraná deve se fazer presente, o Paraná deve apoiar essa iniciativa, dos moradores de bairro deste Estado, não só de Curitiba, mas do Paraná como um todo. São mais de 250 pessoas que se deslocarão à Brasília, para junto com o Brasil fortalecer este manifesto em prol da defesa do direito mínimo, que é da criança brasileira ter pelo menos um litro de leite em sua mesa diariamente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós como educadores não poderíamos deixar de registrar, também, o nosso descontentamento com o que se passa neste momento com a educação do Paraná, com os educadores.

Nós sabemos que as aulas neste Estado deveriam ter início no dia 04 de março. Quando os professores do Paraná se mobilizam por reivindicações justas, nós vemos também a sociedade mobilizada para cobrar a permanência destes professores em salas de aula. Nós estamos assistindo hoje, no Paraná, lamentavelmente após a convocação de início de aulas, nós estamos assistindo a Secretaria de Educação determinar para as escolas do Paraná um teste seletivo a partir desta data, fazendo com que, as crianças das escolas públicas fiquem sem aula por um longo tempo.

Nós temos a certeza que há colégios neste Estado que ficarão alguns dias até terem o resultado deste teste seletivo, sem aulas. E por que? Nós vemos aí, de fato, a desorganização, a falta de respeito, a tentativa de desmobilizar ainda mais, de sucatear, de fazer com que a educação da escola pública seja vítima de um processo que ela não deve.

É a vítima da incompetência da administração pública, é a incompetência da administração da Secretaria da Educação,

que a nosso ver, deveria ter feito a convocação dos professores para teste seletivo, muito antes do início dessas aulas porque a repercussão já está recaindo sobre os professores, sobre a escola pública pela falta de organização, pela falta de competência, pela falta de respeito à educação pública deste Estado. Nós sabemos que mais uma vez será o professor e será a escola pública que irá pagar por esse descaso, por essa incompetência do ano letivo ainda não estar sendo iniciado.

Nós estamos vendo as escolas privadas totalmente organizadas e estamos vendo a tentativa de fato de mostrar que a escola pública é inviável, dando guarida à municipalização do ensino, ao aparecimento de fato do sucateamento da escola pública em detrimento do trabalho objetivo e sério em prol da mesma.

Nós temos a certeza de que com seriedade, fazendo-se política séria em termos de educação pública, nós teremos uma escola pública respeitada assim como seus educadores. Por isso, neste momento, nós conclamamos a sociedade do Paraná para que se mobilize, no atual momento, manifestando-se contra a Secretaria da Educação, contra o Governo do Estado por esse desacato, por esse desrespeito e pela incompetência que só ela fez com que a escola pública do Paraná pagasse o preço que está pagando de desmoralização. E, depois, nós assistimos a tudo isso vendo o Ministro da Educação querendo encontrar nos 200 dias, ou seja, quinze dias a mais no calendário escolar, a solução para a qualificação da escola pública.

Tudo isso é lamentável e fica aqui o nosso protesto por esse descaso com a escola pública o professor da escola pública e com trabalhador que tem o seu filho na escola pública. Lamentavelmente, se assiste esse tipo de coisa com a escola pública e não se assiste essa desorganização, essa falta de respeito com a escola privada.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Edson Lino com a palavra.

O SR. EDSON LINO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, demais presentes.

O que me leva a usar esta tribuna no dia de hoje é para aqui falar de um fato lamentável ocorrido no meu Vale do Ivaí.

No dia 28 de fevereiro a Senhora Maria de Lourdes Pirai de Magalhães, casada, mãe de dois filhos, funcionária da Prefeitura de São João do Ivaí há dois anos, saiu para trabalhar como sempre o fazia, por volta das treze horas, só que Maria de

Lourdes nunca mais chegou ao trabalho como jamais voltaria à sua casa; desaparecida misteriosamente, foi encontrada no dia 03 de março, estava morta. E foi morta de maneira brutal, cruel e selvagem. No meio de um canavial seu corpo jazia e sua vida fora arrancada por estrangulamento com uma corda amarrada em seu pescoço.

Muitos, certamente, dirão: e daí! É apenas mais um crime! Só que essa conclusão simplista é tão grave tanto quanto o próprio crime porque evidencia que a violência já se incorporou à nossa cultura, fazendo parte do nosso cotidiano. É bem verdade que não podemos atribuir o recrudescimento dos crimes à incompetência dos órgãos de segurança, mas podemos pensar seriamente em uma revisão cautelosa, responsável e prudente das garantias e dos direitos individuais expressa em nossa Constituição.

Caros colegas, vidas e mais vidas são ceifadas e os bandidos ficam sempre impunes em nosso meio talvez por falta de mecanismo para que a polícia seja mais ágil, o Poder Judiciário mais eficiente. Hoje, nós assistimos inúmeros bandidos aguardando julgamento há mais de dez anos e que dificilmente são levados ao banco dos réus e, quando são réus primários, têm direito de cumprir as suas penas em liberdade. É preciso, urgentemente, que se tome uma decisão no sentido de fazer com que a Constituição e os direitos e garantias individuais sejam dados, realmente, para o cidadão que é sério, que é direito e que não pratica o crime, porque hoje a nossa Constituição, infelizmente, só dá direito aos bandidos, porque eles é que usam desses mecanismos e são acautelados pela própria lei. São cobertos com o manto da Constituição brasileira.

Portanto, quanto ao nosso Secretário de Segurança Pública, Dr. Favetti, um homem sério, com vontade de resolver os problemas do nosso Estado, mas com dificuldade dado o sistema em que vivemos e a própria Constituição, como disse anteriormente, que dá garantias aos bandidos. E podemos também pensar na reforma do nosso sistema penitenciário; por que não criar penitenciária agrícola, para que ali o bandido seja tratado como bandido e a sua recuperação seja feita através do trabalho e não ser pago com o salário do trabalhador, quando hoje um preso ele custa muito mais para o Estado do que o salário-mínimo, o salário que um trabalhador ganha para trabalhar diariamente no cabo da enxada e ali recebendo um miserável salário.

Portanto o que leva a usar a tribuna é para que todos os Parlamentares encampem esta idéia para recorrermos aos órgãos competentes, junto ao Governo Federal, aos

nossos Deputados Federais, junto aos Senhores, para que possamos mudar esta triste página da história. O homem quando comete um mal e não é punido imediatamente, não tenha dúvida de que os corações dos homens se inclinam para o maligno. E é o que acontece com aquele que mata e não é punido imediatamente. Demora dois, cinco, dez anos e depois ele acaba ficando em nosso meio solto, praticando crimes. Esse crime que aconteceu em São João do Ivaí, aconteceu também na semana passada lá em Cândido de Abreu, quando um taxista foi ali assassinado violentamente e lá sua mulher e seus filhos ficaram sem o chefe da casa. Portanto é triste e lamentável. Fica aqui o nosso apelo para encamparmos esta idéia juntos para que nestes quatro anos de mandato nós possamos ver uma segurança mais ágil, mais eficaz, e para que os bandidos estejam realmente atrás das grades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Domingos Carvalho com a palavra.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, é com muita honra que tenho a incumbência de comunicar a esta Casa que no dia 1º, a última sexta-feira, tivemos aqui dentro, numa das salas que constituem a Assembléia, a realização do Segundo Congresso da Associação de vice-Prefeitos do Estado do Paraná, a VICEPAR. Estavam presentes vários vice-prefeitos, aqui representados. Tivemos também o ex-Presidente da Vicepar, Sr. Taguchi, de Maringá; Algaci Túlio, vice-Prefeito de Curitiba, nosso anfitrião, e tivemos também a presença do Presidente da Associação de vice-Prefeitos do Estado de São Paulo, José Geraldo, o qual naquela oportunidade promoveu uma palestra muito útil para nós vice-Prefeitos.

Muitos assuntos foram discutidos e algumas propostas foram encaminhadas. Destacamos algumas delas: a criação de um Conselho de vice-Prefeitos; a criação da Vicebras. Nós temos atualmente no Brasil a Associação de vice-Prefeitos de São Paulo, do Rio Grande do Sul, associação de vice-Prefeitos no Paraná e devemos ter em mais alguns Estados. Então surgiu a idéia da criação da Vicebras, que seria a Associação dos vice-Prefeitos do Brasil.

Também foi discutida a situação dos atuais vice-Prefeitos, que são deputados estaduais no momento. Não sei se existe vice-Prefeito que seja deputado federal. Parece que houve uma alteração, uma nova Constituição a respeito da situação dos vice-Prefeitos que são deputados estaduais. O assunto foi discutido e estamos aguardando novas informações a fim de que

os atuais deputados estaduais, que são vice-Prefeitos, possam saber como está a situação no caso de ocuparem o cargo de prefeito de seus municípios.

Em seguida tivemos a eleição da nova diretoria. Tivemos o prazer de eleger para a Presidência da Associação de vice-Prefeitos do Paraná, Vicepar, Sua Excelência o Sr. Deputado Algaci Túlio, atual vice-Prefeito de Curitiba. Na Vice, o vice-Prefeito de Londrina, Antonio Carlos Frankel. Em seguida tivemos, após a eleição, a posse da diretoria.

Estou também neste momento encaminhando à Mesa um requerimento de congratulações à esta nova diretoria e os nossos votos de uma feliz gestão.

No mais quero agradecer a esta Casa por ter cedido as suas instalações para a realização deste Segundo Congresso da Vicepar e eleição da sua diretoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio, inscrito.

O SR. ALGACI TÚLIO - A promessa de descontar durante quinze anos uma módica quantia, passado este prazo o contribuinte recebe então uma pensão vitalícia que é estendida para um parente, em caso de morte. Mas a realidade disto tudo, quinze anos depois, o contribuinte vai até o montepio e descobre que não tem direito à pensão, nem nada, mas a uma irrisória quantia em dinheiro. E é só.

É isto que está acontecendo com funcionários públicos que contribuíram durante quinze anos para o famigerado Montepar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à tribuna para, ao lado dos Srs. Parlamentares, encampar esta briga que fazem pessoas corajosas acima de tudo, pessoas que resolveram sair do anonimato e levantar esta bandeira para acabar com esta bandalheira que é o Montepar.

Está aqui na tribuna de honra a dona Odete da Mota Vieira que completou quinze anos de contribuições em setembro, com desconto em folha de pagamento. Ela descontou, e até me trouxe aqui, um relatório. Ela é aposentada como funcionária municipal. Ela descontou durante quinze anos uma quantia que nem ela sabe mais, porque também já mudou de cruzeiro para cruzado e cruzados novos, voltou para cruzeiros... Mas só para os senhores terem uma idéia, só em 1990 a dona Odete recolheu mais ou menos 4 mil e 300 cruzeiros e 91 centavos. Somando 90 com 91, um mês, ela descontou aproximadamente 5 mil e 100 cruzeiros, sem contar, repito aqui, desde 75, 76, até o ano de 1989.

Sabem quanto é que ela tem direito a receber na sua pensão vitalícia, a tranquilidade que esperava ter, ela, D. Odete, a D. Zélia Garret e mais outras que aqui se fazem presentes nas Galerias também e que contribuíram para com o MONTEPAR, pois ela vai receber - e ainda tem a felicidade: Cr\$ 3.380,00. Quer dizer, não paga nem o que ela descontou em 1990 e 1991. Mas vou dar na sequência ainda mais alguns exemplos disso tudo o que está acontecendo em relação ao MONTEPAR, que é um assunto sério e que precisa do apoio de todos os companheiros aqui desta Casa. Porque, para quem não conhece, aquele prédio de vidro "ray-ban", aqui na Cândido de Abreu, o chamado Idi Amin, é este prédio da MONTEPAR. E em cada Estado, em cada capital, existe este prédio senão mais bonito, maior até, feito com o dinheiro destes contribuintes. E ninguém presta contas. Ninguém se aposenta. O valor do cheque recebido não paga nem o preço do papel que é utilizado para se confeccionar este cheque.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na sequência eu vou dar apartes que me foram solicitados, estamos dando entrada na Casa, hoje, de um documento que será encaminhado ao Presidente Fernando Collor, ao futuro Governador Roberto Requião de Mello e Silva, ao Dr. Romeo Tuma, ao Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. Jaime Lerner, para que as providências sejam tomadas.

(Lê o referido ofício)

"Senhor Presidente:

Como cidadãos confiantes na ordem legal democrática, e atentos ao apelo das autoridades para que sejam trazidas a seus superiores conhecimento de quaisquer danos maiores porventura infringidos à população indefesa, cabe-nos pedir a atenção de Vossa Excelência para o que está a suceder com as milhares de pessoas que se deixaram e se deixam atrair pela esperança de alcançar uma velhice um pouco menos desamparada, contribuindo mensalmente com seu cavado dinheirinho, para alguma grande instituição específica, publicamente estabelecida, que lhes promete um futuro amparo mediante o que chamam complementação de aposentadoria vitalícia.

Acontece que chegando finalmente, após toda uma vida de luta e trabalho, o almejado dia, eis que as pessoas procuram o escritório da instituição e lá encontram toda uma aglomeração de infelizes iguais a eles mesmos, todos recebendo o esclarecimento que a propalada aposentadoria que sonhavam mensal, como mensal é qualquer aposentadoria neste mundo, se resume na realidade a um pagamento único e singular, de valor totalmente visível, em flagrante

desproporção com o montante das substanciais contribuições, recolhidas mês a mês, ano após ano. As instituições são opulentas e bem amparadas. No caso dos ora misivistas, confiamos a segurança de nosso futuro a então "Companhia de Seguros Montepar, hoje GNPP - Sociedade Nacional de Previdência Privada, tão poderosa e aparentemente tão segura e conceituada, que na capital onde moramos o próprio Poder Judiciário é inquilino dessa instituição, onde cujos prédios abriga todas as dezenas de Varas tanto Cível quanto Criminal.

Chegado o dia da verdade, a ex-"Montepar", oferece a seus associados, como pagamento único aquilo que nós mesmos recolhemos durante o último semestre, o que significa que a referida "Sociedade Nacional de Previdência Privada" se apodera, por tabela, de tudo que foi recolhido durante os 15 (quinze) ou mais anos em que somos contribuintes da mesma. Nos balcões informam às dezenas de desiludidos, que é assim mesmo o contrato, que tudo é estipulado nos regulamentos específicos que não se sabe qual lei, que supostamente legitima tal procedimento.

Dizem porém, que é culpa dos planos do governo. Não pode o povo brasileiro ser impunemente induzido a erro pela lãbia, pela suscitação de falsas aparências. Havendo lei, haverá lei também contra ilaqueação da fé de um povo pacífico e desamparado como nós diante de tal usurpação de direitos dos associados. Alguma lei geral, alguma lei maior, mais ampla e abrangente que qualquer legislação particular que adrede regularmente interesses poderosos.

Nós, povo, precisamos acreditar, como brasileiros e trabalhadores que algo mudou, ou está para mudar, com o advento do projeto Brasil Novo, que a nação almeja e aplaude e no qual empenha suas derradeiras, mas nunca pequenas esperanças. Assim, pedimos a Vossa Excelência, mandar fazer a intervenção federal em tal seguradora, para que possa ser reembolsado aos associados, todas as suas contribuições corrigidas, pois sabemos que temos direitos, direitos a elas de "fato e direito", nada devíamos a referida "MONTEPAR", investimos nela e queremos de volta o que nos é devido.

Vemos em Vossa Excelência um baluarte das esperanças de um povo sofrido e humilhado, porém que sabe lutar por seus direitos. Sendo assim, criamos o Movimento de Revisão e Direitos do Povo, e confiantes em sua dignidade pública e altruísta, deixamos em vossas mãos a resolução de nossos apelos."

Carta mais ou menos idêntica a esta, encaminhada ao Governador do Estado do Pa-

raná eleito, que será empossado no próximo dia 15, Roberto Requião de Mello e Silva; carta encaminhada ao Dr. Romeu Tuma, Diretor Superintendente da Polícia Federal, também mais ou menos no mesmo teor, e aqui já pedindo a ação da polícia, porque é um caso de polícia, não é verdade deputado Alborghetti, esse é um caso de polícia, onde engana-se o povo e o povo se não se mexer vai continuar a ser enganado.

Então há mais de vinte e cinco anos, nós temos denunciado isso através de rádio, temos sido procurados constantemente por pessoas que vão em busca da tal aposentadoria vitalícia e ela lamentavelmente não acontece. Vejam a forma como enganam as pessoas de boa fé, as preocupações que você possa ter no sentido de preservar o futuro tranqüilo de seus entes queridos, desaparece integralmente, quando você se associa a Montepar, que conseguiu reunir em um só plano aposentadoria mensal, pecúlio, pensão mensal. É aquele algo mais que é financeiramente rápido, para atender as suas necessidades permanentes. Se você é servidor público, assinar a proposta é autorizar o desconto em folha.

Pois bem, milhares de funcionários públicos, por não acreditar nas promessas dessa companhia Seguradora, e vejam o que aconteceu em quinze anos de pagamentos. A Sra. Maria de Lourdes Andrade, recebeu a importância de novecentos e setenta e nove cruzeiros e vinte e três centavos; a Dona Iracema Fontanelli Duarte, recebeu a importância de setecentos cruzeiros e vinte e cinco centavos; o Sr. Lourival dos Santos, recebeu duzentos e cinquenta cruzeiros, quase não dá nem para a passagem. A Dona Rosa Alves Carneiro, depois de pagar quinze anos mensalmente, foi informada que deveria passar a pagar cinco mil cruzeiros por mês, como não concordou, nada recebeu; a Dona Odete Mota Vieira, quando foi para receber, eu já dei exemplo, vai receber aí três mil e poucos cruzeiros..

Senhores Deputados, isso é um caso de polícia, em encontro que envolve milhares de paranaenses e parece que já se estende por outros Estados também. Eu apelo também aos Srs. Deputados que representam vários municípios, que alertem os seus Prefeitos, que se for o caso até suspenda os descontos, porque uma medida está sendo tomada agora, e para evitar que se pague mais aos senhores Prefeitos para que cancelem esse desconto, como nós estamos fazendo aqui, encaminhando o ofício do movimento de revisão da pessoa ao Prefeito de Curitiba.

Os Senhores podem imaginar o sofrimento de pessoas que durante quinze anos ou mais tiraram parte de seus minguados salários para pagar a Seguradora, na esperança de terem mais uma pensão que virá, iria se somar sempre com irrisórias outras aposen-

tadorias também e repentinamente, descobre que foram ludibriados e nada têm para receber e se duvidar até vão ter que pagar para desistir.

Temos em mãos como já disse cópias de um boletim informativo da ex-Montepar hoje, G.N.P.P., Sociedade Nacional de Previdência Privada, e este mostra os planos de contribuição com os valores que o contribuinte deveria fazer jus, ao completar o prazo de quinze anos, através de uma aposentadoria mensal, que não é paga.

As muitas vítimas deste verdadeiro conto, inconformadas, acabaram por fundar um movimento denominado Movimento de Revisão dos Direitos do Povo, vítimas da Montepar.

Dona Odete Mota Vieira, a líder deste movimento, fez chegar às nossas mãos cópias de ofícios que nós vamos encaminhar daqui a pouco à Mesa da Assembléia.

Nós queremos, também, dizer que desde o início deste Movimento, nós temos emprestado a ele o nosso apoio, de comunicador e também de político. E sabemos que alguma coisa tem que ser feita, para que esta gente não continue sendo enganada e esta empresa continue usufruindo deste dinheiro, que hoje faz falta para qualquer pessoa, por menor que ele seja.

A GNPP Seguradora, apenas para que os nobres Deputados se situem, é nada menos do que a proprietária, repito, do Edifício Idi Amim, onde estão as Varas Cíveis, aqui na Cândido de Abreu. É o prédio que tem os vidros "ray ban", o que dá uma opulência muito grande na Avenida Cândido de Abreu.

Nós temos em mãos toda a legislação que regula este tipo de serviço, seguros, aposentadorias. Ela é vasta e complicada. Mas, uma coisa ressalta nos dispositivos que visam à concessão: a sociedade seguradora fica sujeita à fiscalização da Superintendência de Seguros Privados.

Assim, então, é que estamos requerendo o encaminhamento de proposição ao Senhor Secretário da Administração do Estado e do Município, também, para que tome as providências cabíveis, no sentido de proceder à necessária fiscalização nesta empresa. Assim como defender os direitos dos servidores públicos, que vêm pela Seguradora Montepar sendo lesados.

Eu poderia, aqui, citar uma série enorme de exemplos, de contra-cheques de funcionários, etc. E vejam bem: não é só a Montepar. Tinha o tal do GBOEX, MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR e outros tantos, que talvez alguns dos Senhores Deputados possam me ajudar a lembrar, nos apartes que eu darei na seqüência, que estão a enganar a população.

Eu fiz contato, também, e o próprio movimento fez contato, com o próprio Presidente da Assembléia, que já recebeu um

ofício dos servidores, deste movimento e também já está tomando providências. O Procurador Geral da Justiça, tivemos contato com ele e o movimento também fez o mesmo contato, e o Dr. Luiz Chemin Guimarães, muito sensível a esta situação, já determinou ao Dr. Cleiton Bordini Camargo, Procurador de Justiça designado pelo Dr. Chemin Guimarães, a instaurar um inquérito cível sobre o caso. O Procurador já marcou audiência para a oitiva das partes lesadas, numa fase de coleta de dados. E, após esta audiência, o Procurador decidirá, pela proposição de ação pública cível ou não. Na verdade, não é a primeira vez que se move este tipo de ação.

Eu recorro que por ocasião do problema do IPTU, em Curitiba, ela foi proposta, ela foi colocada. Também por ocasião das mensalidades escolares, apareceu esta ação pública cível. E também, contra o sindicato dos estabelecimentos particulares, o próprio Procurador implantou esta ação pública cível.

Então, é preciso que as providências sejam tomadas, porque não é possível mais que um servidor municipal ou estadual, muitos até podem ganhar um bom salário, mas a maioria ganha um salário muito baixo, continue tendo seus descontos na folha de pagamento, sem que se faça qualquer coisa neste sentido.

Concedo aparte, pela ordem, ao Doutor Rosinha.

O SR. FLORISVALDO FIER (aparte) - Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede. Quero me colocar ao lado deste tipo de ação, para combater esta perversidade que ocorre junto a estes órgãos. Nós sabemos que há anos isso vem acontecendo.

Acho que nós poderemos fazer algumas sugestões como no caso do serviço público, estadual e municipal, que estas administrações alertem hoje, quem está sendo descontado na folha de pagamento para a Montepar e outros tipos de montepio, uma vez que é uma opção pessoal, individual e do funcionário. Mas cabe ao administrador público, no caso a Prefeitura e o Governo do Estado, aqui no Paraná, e as outras Prefeituras alertar este contribuinte no sentido que eles rompam estes contratos, antes que mais prejuízos eles lhes tragam.

Nessa questão de aposentadoria é que a maioria dos trabalhadores procura uma aposentadoria digna, uma vez que a própria Previdência Social não tem correspondido às suas necessidades. Então nós conclamamos a todos os Deputados a apoiar este movimento, lutar por uma aposentadoria digna de todos os trabalhadores e acabar com as aposentadorias imorais, como é o caso de ex-Governadores, de deputados estaduais e federais.

Conclamamos esta luta pela dignidade, a dignidade do ser humano e do trabalhador.

Sugiro também ao Deputado, talvez cópias ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, se já está no rol e não foi lembrado e Aristides Junqueira, do Ministério Público Federal, porque há uma ação federal da Montepar.

Agradeço o aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço ao Deputado Rosinha, seu pronunciamento também vem contribuir para que a gente possa encontrar mais subsídios na tentativa de ajudar o funcionário público do município, do estado que continua sendo lesado pelo Montepio Nacional dos Servidores Públicos, MONTEPAR.

Este é o certificado, na frente são letras garrafais, agora atrás, no verso, minha gente, é aqui que o povo sai enganado. Como em qualquer contrato de consórcio, de compra e venda, o problema está no verso do contrato. A gente sempre procura alertar, eu o Alborghetti, o próprio Carlos Simões, como homem de imprensa, alertar o povo para não cair, mas muitos continuam caindo, lamentavelmente.

Concedo o aparte ao Deputado Paulo Maia na sequência ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Paulo Maia (Aparte) - Muito obrigado pelo aparte, nobre Parlamentar, e eu o parabeno por esta iniciativa, por esta denúncia e incluo aqui a preocupação com relação à MONGERAL, CAPEMI, MONTEJUS e outras máfias de seguro, que se estão postas aí estão postas com a autorização da própria SUSEP, que é a Superintendência de Seguros Privados. É uma autorização dada pelo Governo Federal.

Também nós já fomos vítimas desta máfia. Eu me lembro que em 88, após pagar o MONGERAL mais de 10 anos, eu recebia, em 88, dois cheques de alto valor, 200 cruzeiros cada um, na época! Então, de fato a máfia está instituída!

Agora quando se coloca a questão do trabalhador do serviço público, tanto do município quanto do estado, que recorre a esse tipo de iniciativa, isso também se dá pelo péssimo salário e pelo descaso com que os trabalhadores do serviço público são tratados, neste Estado. Recebem uma miséria, sabem que amanhã terão uma aposentadoria, estão vendo a situação pela qual passam hoje os atuais aposentados, tendo que ficar de chapéu na mão em diversos cantos, para poderem após um longo tempo de vida e de trabalho, pelo País, terem que viver de chapéu na mão, quando fariam jus ao descanso bem remunerado.

Então, lamentavelmente, isto acontece principalmente com o funcionário público,

tanto municipal quanto estadual e em especial, nós destacamos aqui, o professor. Porque estes cidadãos, os seus agenciadores, quando vão às escolas, sabem que lá o tempo do professor é limitado. Durante os recreios eles pegam o professor principalmente, e vários funcionários públicos, e mostram aquele mar de maravilhas, entendem? E acabam de fato convencendo o funcionário público a aceitar este tipo de proposta, pela miséria em que vivem e sabem que vão viver.

Então nós vemos que o que fará acabar com isto será o pagamento de um salário digno ao trabalhador brasileiro! E com certeza esta iniciativa que V.Exa. acaba de tomar vai demonstrar que de fato, os governos preocupados com o problema social, se sensibilizarão com isso também.

Eu creio que V.Exa. deve incluir no seu rol de requerimentos um requerimento também ao SUSEP, quanto a autorização de credenciamento desta máfia de montepios que está instituída neste País.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Paulo Maia. Quando eu falei radialista, eu lembrei do companheiro Luiz Carlos Martins, é que nós temos uma Banca de comunicadores aqui, até a legislatura passada era apenas eu, o Deputado Alborghetti e o Pirajá Ferreira, hoje temos também o companheiro Luiz Carlos Martins, que também é outro que tem procurado orientar a população no sentido de evitar de cair nesta lãbia, nesta falcatrúia, nesses conchavos que aparecem para cima do povo. Eu concedo o aparte ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado Algaci Túlio, analisando o seu pronunciamento nesta Casa a respeito da máfia, mais uma máfia que nós temos no País que arrecada e rouba da comunidade brasileira recursos e depois esta mesma comunidade recebe uma ninharia, como Vossa Excelência pronunciou na tribuna desta Casa.

Eu acho que nós temos que acreditar na justiça desse País, primeiro em Deus, depois na justiça, eu acho que aqueles que estão sendo prejudicados por esta máfia de pilantras, enganadores, assassinos do povo, porque roubam o dinheiro do povo, deveriam entrar na justiça e exigir os seus direitos; porque eu tenho acompanhado via Revista Veja, Revista Isto É, os jornais, a Folha de São Paulo, Folha de Londrina, O Estado do Paraná, a Gazeta, todos os jornais da Capital, parece que agora vem aí uma fortaleza, uma lei em que o consumidor vai ter direito de gritar, vai ter direito de reclamar, de exigir os seus direitos. Eu particularmente não acredito em nada

disso, que o consumidor vai ter uma lei fortíssima nesse País para gritar pelos seus direitos, eu acho que é mais uma balela, mais uma enganação à Nação brasileira. Eu acho que é chegado a hora dos verdadeiros comunicadores, tanto nos jornais, no rádio e na televisão, de fazer um alerta ao Paraná e a outros Estados, porque tem emissora de rádio na Capital que atravessam fronteiras, emissoras de televisão que chegam no Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina, eu acho importante fazer um alerta contra esta máfia e que o objetivo de se recorrer à Justiça Deputado Algaci, mesmo Vossa Excelência mandando um ofício ao Senhor Presidente da República, não sei se ele vai ler, ou se vai ser um assessor que vai receber e guardar numa gaveta; neste País dos descamisados eu acho que a solução mais viável é entrar na justiça e fazer com que a justiça meta na cadeia esta máfia que está roubando o povo do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado Alborghetti. Na verdade, além dos ofícios em que serão encaminhados via Assembléia, ao Presidente e às demais autoridades, o movimento aqui representado pela dona Zélia Garret e pela Doutora Odete de Moura Vieira, já deram entrada e o Doutor Luiz Chemim Guimarães já está analisando a abertura de uma ação pública civil contra a MONTEPAR.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Aonde que fica a central desta...

O SR. ALGACI TÚLIO - Da MONTEPAR?

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - É.

O SR. ALGACI TÚLIO - É o edifício Idi Amim, aqui o edifício com vidros raybans, aqui em Curitiba, na Cândido de Abreu.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - É o Paraná que faz isso?

O SR. ALGACI TÚLIO - Aqui é o prédio. Existe Superintendentes espalhados pelo Brasil inteiro e no Rio de Janeiro há um prédio também construído com o dinheiro que é descontado aqui do povo do Paraná. Eu vou mostrar daqui a pouquinho, eu mandei tirar xerox, de um cheque de uma senhora que está aqui, que ela recebeu de pensão vitalícia 591 cruzeiros, esse é o calote que se aplica em cima do povo. Concedo aparte ao companheiro, Deputado Costenaro.

O Sr. Antônio Costenaro (Aparte) - Deputa-

do Algaci, realmente é uma preocupação que nos causa nos tempos em que o povo brasileiro desinformado, perseguido pela especulação, e todos nós somos no dia-a-dia abatido por essas perseguições. Eu talvez possa até estranhar, mas eu levaria ainda mais adiante, além dos montepios que vão na boa fé do povo brasileiro. Nos tempos bons quando se dizia que o País tinha Governo forte, nos tempos em que o País era governado com muita responsabilidade foi permitido e nasceram todas essas especulações, na verdade, e o povo brasileiro com a boa fé, com vontade e com a esperança de ter um lugar ao sol pela facilidade com que apresentava através das propostas que com pouco, um pequeno custo, naturalmente, ao final de 10, 20, 15, 25 anos, conforme era a proposta eles conseguiam ter um salário polpudo fazendo com que a vida se tornaria mais fácil. Na verdade estava embutido aí uma grande tapeação ao povo brasileiro, foi quando não embutiram a inflação. Então na verdade o pagamento era corrigido, naturalmente, no dia-a-dia com a inflação, mais o direito da conquista que vinha fazendo ano a ano não estava se protegendo da inflação terrível que acabou com nosso País. É lamentável que aconteça isso.

Eu aproveito, também, neste momento, Deputado Algaci para fazer uma denúncia que tenho há muito tempo. Pretendo criar ainda um trabalho mais profundo, mas aproveito neste momento, no entusiasmo do momento, denunciar também tantas outras vergonhas que tem em nosso País, mais uma delas que eu conheço como uma especulação terrível e quentinha, apoiada pelo Governo Federal, já não é deste Governo não, de todos os Governos, desde que nasceram os consórcios que também é outro poderio terrível que parece que cria ao caminhoneiro, ao motorista de táxis, onde esse cidadão diz que ele pode comprar um carro, mas aí sim ele paga além do preço mais caro possível, porque vem embutido nesse veículo equipamentos e tantas porcarias para aumentar o preço sem o direito de especular e aproveitar o momento para fazer um bom negócio. Além do mais ele paga, a média é 15% de prestação de serviço. Então, o brasileiro vive iludido, na verdade é necessário sim que se crie o órgão de fato, que defenda o consumidor brasileiro, quem sabe através dos meios de comunicação será protegido para não sofrer tanto assim, porque o brasileiro que trabalha com tanta dificuldade para ganhar o pão de cada dia, para sustentar a sua família às vezes não tem tempo de acompanhar a notícia e ver que está mergulhado numa tapeação total de vários ângulos. É lamentável, mas nós temos que deixar aqui a nossa opinião, e acredito que essa sua defesa é uma das

mais nobres que se faz do povo paranaense.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só para concluir, vou fazer chegar às mãos de todos os Parlamentares um xerox do cheque da Senhora Leonor Borges Vieira que recebeu em 18 de abril de 1990 uma pensão de quinhentos e noventa cruzeiros e oitenta centavos. Certamente ela poderá vir durante a semana 4 vezes à Curitiba, no centro da cidade do bairro onde ela mora, e dá para pagar a passagem do ônibus, nada além disso.

Obrigado, Senhor Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança PTB, PFL, PRN.

Com a palavra o Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Emília, caros paranaenses; cumprimento também o Excelentíssimo Juiz de Direito, Diretor do Fórum da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Senhor Presidente.

O que nos traz a ocupar esta tribuna pela primeira vez nessa nossa legislatura, refere-se ao pronunciamento já feito pelo Deputado Edson Lino.

Marechal Cândido Rondon, um município situado no extremo oeste do nosso Estado, um município que já tinha, já possuía dentro do seu território um destacamento do Exército Brasileiro. Marechal Cândido Rondon, como mais uma dezena de outros municípios foi atingido com a construção da Hidrelétrica de Itaipu perdendo 97,45 quilômetros quadrados da sua terra produtiva.

Nós sabemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Itaipu trouxe uma série de problemas para a nossa região, e principalmente no setor de segurança.

Serve o lago de Itaipu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não somente para transportar do Brasil para o Paraguai o contrabando do soja, o contrabando do café, mas principalmente, serve o lago de Itaipu, Senhores Deputados, para transportar sobre o mesmo, os automóveis, os maquinários agrícolas roubados, não só na nossa região, mas, no Estado, e por que não dizer, da nossa Nação.

O que me traz a esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é dizer da triste realidade, da caótica situação da segurança em que nós vivemos. Para que os Senhores possam ter uma idéia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso Município com 80 mil habitantes, mais de 30 mil eleitores, a Delegacia de Polícia sequer tem uma viatura. A Delegacia de Polícia está falida. Se fez necessário que o delegado de Polícia da nossa cidade ocu-

passa a imprensa da nossa região e o do nosso município as rádios existentes, e fizesse a denúncia. Pediu o Delegado do nosso município a sua transferência, porque ele queria ter condições para trabalhar, e infelizmente, ele não as tem.

Constantes são os reclamos do Executivo Municipal, do Poder Judiciário, e das forças vivas da sociedade. E nada se faz. Para que os Senhores tenham uma idéia, Senhores Deputados, existe nessa Delegacia apenas um escrivão, quando é necessário que existissem dois. Existem apenas três agentes, quando no mínimo se precisaria nove. Precisaria no mínimo três viaturas; existe um chevette há mais de dez anos de uso, estocado encalhado numa oficina da cidade. Se não fosse o força da comunidade, se não fosse o poder público municipal junto com o Conselho de Segurança Municipal, essa viatura ainda estaria encostada.

Faz-se necessário que o próprio delegado e as pessoas populares de Marechal Cândido Rondon que colocam à disposição da segurança da polícia da nossa cidade, as suas viaturas particulares. Frequentes são os roubos, não só de caminhões, automóveis, tratores, implementos agrícolas, e, todos na certa levados para o Paraguai.

Criou-se no extremo oeste do Paraná, um Conselho de Desenvolvimento dos Municípios limítrofes do lago do Itaipu. E a esperança desses municípios, que os "royalties", os tão falados "royalties" venham definitivamente para esses municípios, e eles por sua vez, em conjunto com o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, junto da própria Marinha, do Exército, da Polícia Federal, e Itaipu Binacional toma as providências necessárias.

Por muitos e muitos anos se fala sobre a segurança. E o que é que nós precisamos? Será que se somente equiparmos a delegacia de polícia, darmos viaturas, mais elementos humanos ia resolver o problema? Eu acredito que não. Medidas mais drásticas devem ser tomadas! Faz-se necessário que o Governo do Estado e o Governo Federal, o próprio Exército se conscientizem desta triste realidade e proibamos, definitivamente, a navegação no lago Itaipu. Traz-se para o lago de Itaipu inclusive a própria Marinha; instala-se sobre o lago os radares; equipa-se a Marinha e também se dá equipamentos, tanto em armamentos como viaturas, para a Polícia Militar e Polícia Civil.

Se fosse só os assaltos, Senhores Deputados! Não são os assaltos. Matam agricultores! Frequentes são os assassinatos praticados pelos marginais na nossa região. E nós não podemos admitir! Não podemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ficar calados diante desta situação, de braços cruzados porque é um dispositivo

constitucional e alguma coisa acima de nós nos dá esse direito, porque é um direito da comunidade ter a sua segurança e é um dever do Governo oferecer essa segurança para a sua comunidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na certa que o Senhor Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, nós inclusive, temos um hoje sobre a mesa um requerimento oficiando mais uma vez o Secretário da Segurança Pública do nosso Estado, aliás, que já foi ao nosso município no último assassinato praticado pelos marginais a um agricultor de nossa cidade, nosso município, na localidade de Entre Rios, onde se mobilizou toda a comunidade, milhares de pessoas foram à rua fazerem seus manifestos. Chegou o Secretário da Segurança, Favetti prometeu-nos maior segurança para a nossa comunidade através de armamento. É triste eu dizer isso, não existe uma metralhadora sequer nesta Delegacia e um município limítrofe do nosso Estado. Isto é triste! Esperamos que as providências sejam tomadas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo..

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste país, durante muitos anos, se investiu enormes somas de recursos públicos para dotar o nosso País de uma rede de rodovias que permitisse incrementar e servir como vetor para o seu desenvolvimento. Por outro lado, atendendo o interesse notadamente de empresas multinacionais do setor automobilístico, e também porque não dizer do setor de petróleo, se investiu maciçamente simples recursos prioritariamente na construção de rodovias, se relegando a segundo plano a construção de uma rede de ferrovias neste País. Todos nós sabemos que as ferrovias necessitam para a sua implantação e construção um aporte de capital elevadíssimo, todavia, após concluídas as obras de uma ferrovia, pela sua durabilidade, pelo baixo custo de operação

da rede ferroviária ela se revela, estrategicamente, para o desenvolvimento de uma nação mais importante do que uma rede de rodovias. Neste sentido o Oeste do Paraná, o Sul do Mato Grosso, o Sudoeste do Paraná contribuiu nos últimos anos, aqui no nosso Estado e no nosso País, com uma notável produção agrícola que tem servido, inclusive, como um dos grandes fatores que tem permitido o crescimento sempre constante das nossas exportações. O oeste do Paraná, em especial, toda essa região acalentou o sonho, eu diria até um direito de ver finalmente iniciada a construção da FERROESTE, da Ferrovia do Oeste do Paraná.

E nós vimos com muita satisfação, já neste mês de fevereiro e agora os jornais estão noticiando, que finalmente parecem-nos que a FERROESTE será iniciada.

O Governo Álvaro Dias anuncia que irá liberar ainda este ano 38 milhões de dólares para o início das obras de infraestrutura dessa importante obra.

Uma obra que irá permitir que os produtos agrícolas produzidos nas zonas produtoras do oeste, sudoeste, sul do Mato Grosso cheguem ao Porto de Paranaguá com um custo em condições de competir no mercado externo.

Ao mesmo tempo essa ferrovia irá permitir que cheguem no sentido inverso a toda uma região importante produtora, petróleo, fertilizantes e outros produtos também a um custo mais reduzido.

A FERROESTE é sob todos os aspectos uma necessidade. É unânime no Paraná inteiro a importância dessa obra para o desenvolvimento não só da região oeste do Paraná, mas ela irá permitir a integração ferroviária, por exemplo, do sul do Mato Grosso, do Sudoeste.

Nós em pouco tempo, possivelmente, teremos a integração econômica com os países do cone sul, Argentina, Paraguai, mas é uma obra que transcende o interesse da região oeste para se constituir num importante fator, numa alavanca para aprimorar o desenvolvimento de toda essa região que nós mencionamos. E como o Estado não dispunha de recursos para realizar essa obra orçada em torno de 600 milhões de dólares, o Governo Federal também não se dispunha a investir esta soma, embora estivesse construindo a Ferrovia Norte-Sul que liga nada a lugar nenhum, houveram por bem se associar os diversos interesses da iniciativa privada envolvidos e também o Estado para assegurar a construção dessa rodovia.

Feito isto o Governo entregou à empresa FERROESTE S.A., os direitos de concessão para exploração desse importante trecho ferroviário.

Todavia, tendo encontrado a iniciativa privada dificuldades em obter esse volume

de recursos tão expressivo, se socorreu no Governo Estadual, que em recente convênio firmado com a FERROESTE se compromete a alocar (?) um total de 176 milhões de dólares que é 2.8 vezes o orçamento da saúde.

3.1. vezes o orçamento da educação, um volume de recursos que significa cerca de trinta por cento da arrecadação mensal de ICMS, o Governo Estadual se dispôs a alocar esses recursos que constam do Orçamento, inclusive do Estado, para início das obras de infra-estrutura, ficando à iniciativa privada, os demais sócios e acionistas dessa empresa a obrigação de concluir a obra, fazendo a parte de super-estrutura que são os trilhos, os trens, as estações, os terminais e etc. E nós do oeste do Paraná vimos com alegria, finalmente nos parece que essa obra terá início.

Todavia, eu ouvi com muita preocupação, noticiado aqui na última semana na revista "Isto é - Senhor", uma reportagem que coloca em dúvidas a licitude desse projeto sob vários aspectos.

Neste sentido, sendo o Poder Legislativo um órgão que tem a função de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos, considerando, inclusive, a necessidade, a importância que nós temos para ver assegurada a implantação efetiva dessa ferrovia, para dirimir qualquer dúvida sobre esse projeto de tamanha magnitude, nós entendemos que seria oportuno requerer a criação de uma Comissão Especial nesta Casa, para acompanhar desde o processo de formação desta empresa FERROESTE, como também acompanhar a sua efetiva implantação. Os Deputados em especial, da Região Oeste do Paraná, acho que têm um interesse claro em esclarecer a opinião pública para que não pare dúvidas sobre este projeto.

Acima de tudo, nós embora sejamos beneficiados, a nossa população diretamente por esta grandiosa obra, temos também a obrigação de zelar pelo patrimônio público, temos a obrigação de tornar transparente as ações do Estado e fundamentalmente, se necessário, para assegurar a implantação desta ferrovia.

Não pode ser mais uma aventura de um Governo que sai no apagar das luzes do seu mandato.

Estamos propondo que esta comissão se instale com a participação dos nossos colegas, Deputados Estaduais aqui de Guarapuava, de Cascavel, de Toledo, de Foz do Iguaçu e de Marechal Cândido Rondon.

Uma comissão suprapartidária que representaria esta Casa neste processo de acompanhamento da FERROESTE.

Nos interessa fazer um levantamento minucioso deste projeto, para que possamos

Curitiba, quarta, em 06.03.91

dar opiniões e satisfação à opinião pública.

Se necessário que possamos inclusive, se for o caso, propor as medidas saneadoras, propor aquelas medidas que assegurem que este projeto se desenvolva normalmente, da forma mais lícita possível e mais transparente possível.

Era este o assunto que me trazia hoje à esta tribuna e tenha certeza que os nossos colegas da região Oeste do Paraná, em especial, irão acatar, aceitar e integrar esta comissão.

Tenho certeza também que durante os seus trabalhos esta comissão terá um peso político importante para assegurar a efetiva implantação deste projeto que é um direito da nossa região que tanto contribuiu para este Estado e que até hoje muito pouco recebeu em contrapartida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Prefeito de Rio Negro, José Muller.

Deseja que Sua Excelência se sinta em casa nesta Assembléia.

Resposta a questão de ordem formulada na sessão de 26 de fevereiro de 1991, pelos Deputados Caíto Quintana e Orlando Pessuti. (Lê).

"Os Deputados Caíto Quintana e Orlando Pessuti, respectivamente, líderes do Governo e do PMDB, através da presente Questão de Ordem, solicitou decisão desta Presidência no que diz respeito a possível confronto o disposto no Art. 131, do Regimento Interno desta Casa, e "caput" do Art. 55 da Constituição Estadual.

Passo a decidir:

É apenas aparente o conflito, suscitado pelos Excelentíssimos Senhores Deputados, entre os dispositivos regimental e constitucional.

O novo Regimento Interno desta Casa, valorizando o trabalho das Comissões Permanentes, em seu art. 131 atribui a estas a competência de convocar a audiência de outras comissões, sobre qualquer assunto, ou de requerer informações oficiais, bastando para tal o despacho, de ofício, pela Presidência desta Casa.

Tratando-se de órgão colegiado, constituído por representação partidária proporcional, esta prerrogativa está amparada pelo disposto no "caput" Art. 62, da Constituição Estadual, que diz:

"Art. 62 - A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Constituição, no Regimento Interno, ou no ato de que resultar a sua criação.

Outro é o tratamento que a Magna Carta Estadual dá ao requerimento formulado por parlamentares fora do âmbito das Comissões.

A este respeito, é bem claro o seu Art. 55, em seu "caput" ao exigir a aprovação prévia do Plenário, quando diz:

"Art. 55 - A Mesa da Assembléia Legislativa encaminhará pedido escrito de informações aos Secretários de Estado, a requerimento de qualquer parlamentar, após aprovação pelo Plenário."

Em resumo, e respondendo a parte final da Questão de Ordem formulada pelos eminentes líderes do Governo e do PMDB: embora a ordem inversa, adotada, na redação possa tentar a que se interprete o Art. 131, do Regimento Interno de modo diferente, este dispositivo refere-se, de maneira óbvia, tão somente, a requerimentos oriundos das comissões.

Os demais requerimentos, de autoria pessoal de qualquer Deputado, ou Deputados, devem se sujeitar à aprovação do Plenário, obedecendo à norma constitucional acima citada.

Considerando, portanto, resolvida a presente questão de ordem, determino seja registrada no livro próprio, dando-se ciência aos seus proponentes.

É a decisão.

Sala das Sessões, em 06.03.91.

(a) ANIBAL KHURY"

(Termina de ler).

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Nós agradecemos a Vossa Excelência pela questão de ordem esclarecida. Nós a fizemos porque estávamos sendo levados a interpretar o Regimento da forma que Vossa Excelência como Presidente da Casa, nós dá a interpretação agora.

Por esta razão agradecemos a Vossa Excelência e daqui para frente estaremos atentos aos requerimentos que por aqui transitarem, aprovaremos os que merecerem aprovação e rejeitaremos os que por ventura não mereçam de nossa parte, aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não tenho a menor dúvida de que Vossa Excelência está sempre atento e alerta.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior, devidamente apoiada. Recebida. Publique-se no Diário da

Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Senhores Deputados.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. À C.C.J., para emitir parecer.

Projeto de Resolução de autoria dos Senhores Deputados Ernani Puddel e Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregoneze, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Arruda, com apoio do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

BIÊNIO 91/92

* COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULAR

COLOMBINO GRASSANO - PRESIDENTE

EMÍLIA BELINATI - VICE-PRESIDENTE

RAFAEL GRECA DE MACEDO

ANTÔNIO COSTENARO NETO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

HERMAS BRANDÃO

VALDIR ROSSONI

NELSON JUSTUS
MÁRIO BEZERRA
JOSÉ AFONSO JÚNIOR
CARLOS SIMÕES
DURVAL AMARAL
LUIZ CARLOS MARTINS
OVÍDIO CONSTANTINO
ERONDY SILVÉRIO

SUPLENTE

CÉSAR SILVESTRE
GERALDO CARTÁRIO
NELSON GARCIA
ÉLIO RUSCH
ALCEU SWAROWSKI
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
ARLINDO TROIAN
LOURENÇO FREGONEZE
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
DIRCEU MANFRINATO
NEIVO BERARDIN
FLORISVALDO FIER
JOÃO IENSEN
DALTON MACHUCA

* COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULAR

DURVAL AMARAL - PRESIDENTE
MÁRIO BEZERRA - VICE-PRESIDENTE
RAFAEL GRECA DE MACEDO
NELSON GARCIA
ALCEU SWAROWSKI
JOÃO IENSEN
RENATO ADUR

SUPLENTE

ALBINO CORAZZA
BASÍLIO ZANUSSO
HEINZ GEORG HERWING
NELSON JUSTUS
JOSÉ ALVES
CLEITON CRISÓSTOMO
NEIVO BERARDIN

* COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULAR

NELSON JUSTUS - PRESIDENTE
CLEITON CRISÓSTOMO - VICE-PRESIDENTE
ALBINO CORAZZA
HEINZ GEORG HERWING
NELSON JUSTUS
ERONDY SILVÉRIO
NEIVO BERARDIN

SUPLENTE

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
GERALDO CARTÁRIO
ANTÔNIO ANNIBELLI
MÁRIO BEZERRA
JOSÉ ALVES
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
DURVAL AMARAL

* COMISSÃO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA

E COMÉRCIO

TITULAR

SEVERINO FÉLIX - PRESIDENTE
ALBINO CORAZZA - VICE-PRESIDENTE
ANTÔNIO COSTENARO NETO
HERMAS BRANDÃO
ARLINDO TROIAN
JOSÉ ALVES
DIRCEU MANFRINATO

SUPLENTE

CÉSAR SILVESTRE
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES
ANTONIO TOTI COLAÇO VAZ
VALDIR ROSSONI
JOÃO IENSEN
EDSON LINO
RENATO ADUR

* COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

TITULAR

CÉSAR SILVESTRE - PRESIDENTE
ANTONIO TOTI COLAÇO - VICE- PRESIDENTE
ÉLIO LINO RUSCH
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
JOÃO IENSEN
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
DOBRANDINO DA SILVA

SUPLENTE

ALBINO CORAZZA
DUILIO GENARI
HEINZ GEORG HERWIG
VALDIR ROSSONI
JOSÉ ALVES
DIRCEU MANFRINATO
LUIZ CARLOS MARTINS

* COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

TITULAR

ALCEU SWAROWSKI - PRESIDENTE
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - VICE-PRESIDENTE
ALBINO CORAZZA
BASÍLIO ZANUSSO
MÁRIO BEZERRA
RENATO ADUR
JOÃO IENSEN

SUPLENTE

EMÍLIA BELINATI
DUILIO GENARI
HEINZ GEORG HERWIG
DOMINGOS DE CARVALHO
DOBRANDINO DA SILVA
LUIZ CARLOS MARTINS
JOSÉ ALVES

* COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

TITULAR

ANTONIO TOTI COLAÇO - PRESIDENTE
EDSON LINO - VICE-PRESIDENTE
CÉSAR SILVESTRE
ANTÔNIO COSTENARO NETO

DOMINGOS DE CARVALHO

JOSÉ ALVES
SEVERINO FÉLIX

SUPLENTE

ALBINO CORAZZA
LUIZ ANTÔNIO SETTI
HEINZ GEORG HERWIG
ARLINDO TROIAN
JOÃO IENSEN
DOBRANDINO DA SILVA
NILTON BARBOSA

* COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

TITULAR

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - PRESIDENTE
CARLOS SIMÕES - VICE-PRESIDENTE
CÉSAR SILVESTRE
DUILIO GENARI
ANTÔNIO M. ANNIBELLI
JOÃO IENSEN
DJALMA DE A. CÉSAR

SUPLENTE

ALBINO CORAZZA
ANTÔNIO COSTENARO NETO
ALCEU SWAROWSKI
MÁRIO BEZERRA
JOSÉ ALVES
NILTON BARBOSA
SEVERINO FÉLIX

* COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULAR

DOMINGOS DE CARVALHO - PRESIDENTE
LUIZ ANTONIO SETTI - VICE-PRESIDENTE
EMÍLIA BELINATI
ANTONIO TOTI COLAÇO VAZ
JOSÉ ALVES
CLEITON CRISÓSTOMO
EDSON LINO

SUPLENTE

RAFAEL GRECA DE MACEDO
NELSON GARCIA
ANTÔNIO M. ANNIBELLI
NELSON JUSTUS
JOÃO IENSEN
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
JOSÉ AFONSO JÚNIOR

* COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULAR

RAFAEL GRECA DE MACEDO - PRESIDENTE
BASÍLIO ZANUSSO - VICE-PRESIDENTE
ALCEU SWAROWSKI
LOURENÇO FREGONEZE
JOSÉ ALVES
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
JOSÉ AFONSO JÚNIOR

SUPLENTE

EMÍLIA BELINATI
LUIZ ANTÔNIO SETTI
HERMAS BRANDÃO

NELSON JUSTUS
JOÃO IENSEN
CARLOS SIMÕES
SEVERINO FÉLIX

* COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
TITULAR

NILTON BARBOSA - PRESIDENTE
JOÃO IENSEN - VICE-PRESIDENTE
GERALDO CARTÁRIO
LUIZ ANTÔNIO SETTI
ANTÔNIO ANNIBELLI
MÁRIO BEZERRA
DIRCEU MANFRINATO

SUPLENTE

EMÍLIA BELINATI
ÉLIO LINO RUSCH
ALCEU SWAROWSKI
DOMINGOS DE CARVALHO
JOSÉ ALVES
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
RENATO ADUR

* COMISSÃO DE TURISMO
TITULAR

DOBRANDINO DA SILVA - PRESIDENTE
ÉLIO LINO RUSCH - VICE-PRESIDENTE
GERALDO CARTÁRIO
HEINZ GEORG HERWIG
LOURENÇO FREGONEZE
JOSÉ ALVES
NILTON BARBOSA

SUPLENTE

RAFAEL GRECA DE MACEDO
ANTÔNIO COSTENARO NETO
ANTONIO TOTI COLAÇO VAZ
NELSON JUSTUS
JOÃO IENSEN
ARTAGÃO MATTOS LEAO
CARLOS SIMÕES

* COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
TITULAR

CLEITON CRISÓSTOMO - PRESIDENTE
PLAUTO MIRÓ GUIMARAES - VICE-PRESIDENTE
EMÍLIA BELINATI
HEINZ GEORG HERWIG
DOMINGOS DE CARVALHO
JOÃO IENSEN
NEIVO BERALDIN

SUPLENTE

RAFAEL GRECA DE MACEDO
NELSON GARCIA
ANTÔNIO ANNIBELLI
VALDIR ROSSONI
JOSÉ ALVES
EDSON LINO
LUIZ CARLOS MARTINS

* COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
TITULAR
DUÍLIO GENARI - PRESIDENTE

LUIZ CARLOS MARTINS - VICE-PRESIDENTE

GERALDO CARTÁRIO
ANTÔNIO ANNIBELLI
ARLINDO TROIAN
JOÃO IENSEN
NEIVO BERALDIN

SUPLENTE

CÉSAR SILVESTRE
BASÍLIO ZANUSSO
HERMAS BRANDAO
MÁRIO BEZERRA
JOSÉ ALVES
DOBRANDINO DA SILVA
DURVAL AMARAL

Sobre a mesa, requerimento de n° 252, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 268, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Aprovado.

A Mesa informa ao nobre Deputado que infelizmente não consta, do nosso Regimento Interno autorização para gastos com viagem que não sejam dos Parlamentares, mas sugere que cada Deputado da verba da Assistência Social, contribua para que os Deputados, os moradores do bairro do Paraná possam viajar.

Requerimento de n° 226, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, constante do expediente de sessão anterior. - Em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 240, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, com apoio dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Arlindo Troian, Albino Corazza e demais Senhores Deputados, constante do expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós encaminhamos um documento de indicação com relação a convocação do Secretário de Saúde, para que viesse depor nesta Casa.

Entendemos que o Senhor Secretário teve um problema de saúde em Londrina, ficou hospitalizado; eu indago à Mesa se recebeu algum comunicado da Secretaria da Saúde, do Governo de Estado, dizendo dessa disponibilidade do Secretário vir a esta Casa para prestar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O 1° Secretário manteve entendimentos com o pessoal do Gabinete do Secretário da Saúde.

de, e infelizmente ele não pode ainda comparecer a esta Casa, motivo relevante e a Assembléia concorda que seja transferida essa audiência do Secretário de Saúde.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nós gostaríamos que V.Exa. solicitasse ao Senhor 1º Secretário que fizesse a leitura do inteiro teor do requerimento, caso aquilo o que V.Exa. leu até agora seja a súmula.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa... a Presidência vai ler, ou V.Exa. prefere o 1º Secretário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não daquela forma de costume, uma leitura boa, aquela forma agradável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou passar para o 1º Secretário fazer a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Lê requerimento: "Requer a constituição Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI. ..."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está constituída a Comissão de 15 membros, de acordo com o Regimento Interno a Comissão terá a mesma composição da Comissão de Justiça.

Requerimento de nº 229, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Encaminhe-se à Comissão Executiva, através do Senhor Presidente.

Requerimento de nº 225, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 250, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 254, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 224, de autoria do Senhor Deputado Dr. Rosinha, constante do

expediente de sessão anterior.- Aprovado - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 231, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 259, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 265, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Com relação ao requerimento anterior, que foi aprovado pelo Plenário, nós na quinta-feira da semana passada, recebemos a denúncia de que o Governo paulista abriria as comportas da Usina de Taquaruçu e iria provocar inundações na região de Santa Inês, no Norte Pioneiro.

Nós encaminhamos um telex ao Governador Paulista, procurando sensibilizá-lo para que não viesse a tomar esta medida, porque até então, segundo um protocolo firmado entre o Governo de São Paulo e o Governo do Paraná, o Governo Paulista se responsabilizaria pelo deslocamento destas famílias e até mesmo do pagamento dos prejuízos que teriam com suas terras.

No entanto, não sei se por questões políticas, e a briga pela Presidência do PMDB entre o Governador do Paraná e o Governador Paulista, teria provocado esta medida do Governador Paulista, dizendo que abriria as comportas e não se responsabilizaria por nada.

Então, na sexta-feira nós encaminhamos um telex ao Governador Paulista, pedindo evidentemente a ele, o cumprimento, primeiro, no assentamento definitivo das dezesseis famílias, cujas terras foram alagadas e ainda se encontram em área provisória; indenização de 25 propriedades atingidas, conforme ação ajuizada no fórum da comarca de Colorado, Paraná; comprometimento da economia do município de Santa Inês, com a destruição pelas águas da pedreira e de três colárias, sobretudo com o desaparecimento da matéria prima, argila, que ficará submersa; a gravidade em que se envolvem estes fatores obrigam na ponderação acerca da data estabelecida, bem como e principalmente do imediato encaminhamento de soluções. Fizemos contato com o Prefeito de Santa Inês, ele está em Curitiba,

inclusive para tratar junto ao Governo do Estado. Eu não sei quem é o Deputado da região, me parece que é o Deputado Crisóstomo, nós pedimos para que auxilie. Na verdade eu não devo ter tido nenhum voto em Santa Inês. Mas me preocupou porque me chegou na quinta-feira à noite esta informação, que no dia 5, ontem, seriam abertas as comportas. Parece-me que o Governador paulista adiou, então haverá tempo de negociação, de entendimento entre o Governo do Paraná e o Governo paulista, no sentido de evitar que aconteça mais um desastre ecológico no Paraná.

O Paraná que tem dado tanta terra para alagamento para ceder energia para outros Estados, até para outros Países, enquanto essas áreas, essas terras férteis deixam de fazer a produção que nós tanto precisamos.

Era esse o encaminhamento que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. CLEITON CRISÓSTOMO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu agradeço ao Senhor Deputado Algaci Túlio pela preocupação com a nossa região. Já tenho o compromisso firmado no Gabinete, com o Governador Orestes Quércia e uma explicação sobre este alargamento da Usina de Taquaraçu, no Rio Paranapanema, pegando a região de Santa Inês, Itaguagé e Santo Inácio, prejudicando as famílias da região. E também pedindo indenização urgente à essas dezesseis famílias que não foram deslocados a locais já definidos pelo Governo do Estado.

Eu agradeço a colocação do Deputado. Muito obrigado.

Requerimentos de n°s 266 e 267, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 179, 182 e 184, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 190 e 191, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 171, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 247, 248 e 249, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 217 e 218 de au-

toria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 230, e 232, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 234 e 236, 237, 238 e 239 de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 221, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 223, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 227, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 228, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 233, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 241, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza, com apoio dos Senhores Deputados Neivo Beraldin, Mário Bezerra, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 242, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 243, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 244, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 245, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 255, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 257, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 263, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de n° 264, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 158, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão especial, pelo Dia da Mulher, para quinta-feira, dia 07, à hora regimental. Convoca ainda os Senhores Deputados para a Sessão Solene de entrega de Título de Ci-

dadã Benemerita do Estado do Paraná, para sexta-feira, dia 08, às quinze horas.

Marca ainda, uma sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 047/89.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 013/91.

Levanta-se a sessão.